

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO
REGIME GERAL

ESTARREJA
MUNICÍPIO

AJUSTE DIRETO REGIME GERAL – **Prestação de Serviços de Recolha e Transporte a destino final adequado de Resíduos Urbanos (RU) no Concelho de Estarreja –** ADNS_018/2020

Município de Estarreja
www.cm-estarreja.pt

Praça Francisco Barbosa
Telefone e Fax:234 840 600

geral@cm-estarreja.pt
aprovisionamento @cm-estarreja.pt

maio de 2020

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO REGIME GERAL – **Prestação de Serviços de Recolha e Transporte a destino final adequado de Resíduos Urbanos (RU) no Concelho de Estarreja –** ADNS_018/2020

ÍNDICE

PARTE I – CLAÚSULAS GERAIS

1. **Disposições Gerais:**
   - 1.1. Identificação do procedimento
   - 1.2. Objeto
   - 1.3. Epígrafe e remissões
   - 1.4. Forma e documentos contratuais
   - 1.5. Condições de adjudicação e de contratação
   - 1.6. Prazo de vigência
   - 1.7. Prorrogação do contrato
   - 1.8. Gestor do Contrato
   - 1.9. Local da realização da prestação de serviços
2. **Obrigações contratuais do Prestador de Serviços:**
   - 2.1. Obrigações principais do prestador de serviços
   - 2.2. Forma da prestação de serviços
   - 2.3. Conformidade técnica e garantia
   - 2.4. Pessoal
   - 2.5. Circulação de pessoas e viaturas
   - 2.6. Obtenção de licenças e autorizações para o exercício da atividade, patentes, licenças e marcas registadas
   - 2.7. Verificação e aceitação da prestação de serviços
3. **Dever de sigilo:**
   - 3.1. Objeto do dever de sigilo
   - 3.2. Prazo do dever de sigilo
4. **Obrigações contratuais da entidade adjudicante:**
   - 4.1. Obrigações da entidade adjudicante
   - 4.2. Preço base do procedimento
   - 4.3. Preço contratual

4.4. Faturação
4.5. Condições de pagamento
4.6. Atrasos nos pagamentos
4.7. Comunicação de agravamento de risco

5. Penalidades contratuais e resolução:
5.1. Penalidades contratuais
5.2. Casos fortuitos e de força maior
5.3. Resolução por parte do contraente público
5.4. Resolução por parte da entidade adjudicatária
5.5. Suspensão do contrato

6. Cumprimento Contratual:
6.1. Execução do contrato
6.2. Incumprimento contratual

7. Caução e Seguros
7.1. Caução
7.2. Seguros

8. Resolução de Litígios:
8.1. Resolução de Litígios e foro competente

9. Disposições finais:
9.1. Subcontratação e cessão de posição contratual
9.2. Cessação da posição contratual por incumprimento do prestador de serviços (cocontratante)
9.3. Outros encargos
9.4. Responsabilidade
9.5. Fiscalização e controlo
9.6. Informações preliminares sobre os locais de realização dos trabalhos da prestação de serviços
9.7. Modificação do contrato
9.8. Dever de informação
9.9. Comunicações e notificações
9.10. Contagem de prazos na fase da formação de contratos
9.11. Contagem de prazos na fase de execução dos contratos
9.12. Regime contraordenacional
9.13. Legislação aplicável

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. **Disposições Gerais:**
2. **Recolha e transporte de Resíduos Urbanos (RU)**
3. **Recolha e transporte de resíduos de construção e demolição (RCD)**
4. **Recolha e transporte de Resíduos Verdes**
5. **Recolha e transporte de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE)**
6. **Recolha e transporte de Resíduos Volumosos (Monstros)**
7. **Recolha e transporte de Resíduos de Objetos Fora de Uso (OFU) OU MONOS**
8. **Recolha e transporte de Resíduos de descargas Clandestinas (Montureiras)**
9. **Lavagem, desinfeção, desodorização de contentores de RSU**
10. **Fornecimento, colocação e manutenção de contentores de RSU**
11. **Sistema de avaliação da qualidade do serviço – Reporte de indicadores à ERSAR**
12. **Pessoal e Fardamento**
13. **Equipamentos e viaturas**
14. **Gestão das Reclamações**
15. **Instalações**
16. **Plano de higiene e segurança no trabalho**

ANEXOS

ANEXO I – Planta das áreas objeto da prestação de serviços

PARTE I – CLAÚSULAS GERAIS

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Identificação do procedimento

1.1.1 Processo sob a referência: ADNS_018/2019

1.1.2 Designação: *Prestação de Serviços de Recolha e Transporte a destino final adequado de Resíduos Urbanos (RU) no Concelho de Estarreja*

1.1.3

1.2. Objeto

1.2.1 O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços **de Recolha e Transporte a destino final de Resíduos Urbanos (RU) no Concelho de Estarreja**, de agora em diante designado como entidade adjudicante.

1.2.2 O objeto da presente prestação de serviços contempla as seguintes tarefas:

- ⇨ Recolha, transporte e depósito de RU na Unidade de Tratamento Mecânico Biológico (UTMB) da ERSUC, localizada em Eirol, Concelho de Aveiro ou na Estação de transferência de Estarreja;
- ⇨ Fornecimento, colocação e substituição pelo Prestador de Serviços de novos contentores (todos os existentes à superfície) de 240, 800, 1.000 e de 1.100 litros – Sistema DIN ou sistema Ochsner;
- ⇨ Lavagem, desinfeção e desodorização e manutenção de contentores normalizados, sistema Ochsner, DIN e contentores semienterrados de 3.000 L e de 5. 000 L;
- ⇨ Recolha domiciliária, transporte e destino final de objetos fora de uso (recolha de Monos, verdes e REEE);
- ⇨ Recolha, transporte a destino final de Resíduos Verdes;
- ⇨ Recolha, transporte e destino final provenientes de descargas clandestinas (Montureiras);
- ⇨ Recolha e transporte de resíduos de construção e demolição (RCD) resultantes de obras de escassa relevância urbanística, nos termos art.º 6.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) e dos Regulamentos Municipais de Administração Urbanística (RMAU) de cada Município adjudicante, a destino final;

1.2.3 A prestação de serviços a contratar no âmbito deste procedimento/contrato englobam os serviços identificados no ponto anterior, sendo que as quantidades anuais **estimadas** (valor devendo ser entendidas como meramente indicativas) são as seguintes consoante a sua natureza:

Designação	Quantidades Estimadas p/ 6meses
• Recolha, transporte e depósito de RU na UTMB da ERSUC, localizada em Eirol, Concelho de Aveiro ou na Estação de transferência de Estarreja; • Fornecimento, colocação e substituição pelo Prestador de Serviços de novos contentores (todos os existentes à superfície) de 240, 800, 1.000 e de 1.100 litros – Sistema DIN ou Ochsner ; • Lavagem, desinfeção e desodorização e manutenção de contentores normalizados, de 240, 800, 1.000 e de 1.100 litros, sistema Ochsner, DIN e semienterrados de 3.000 L e de 5. 000 L; • Recolha domiciliária, transporte e destino final de objetos fora de uso (recolha de Monos, verdes e REEE); • Recolha, transporte de Resíduos Verdes; • Recolha, transporte e depósito de resíduos provenientes de descargas clandestinas (Montureiras); • Recolha e transporte de resíduos de construção e demolição (RCD) a destino final;	Estarreja – 4.650 toneladas

1.2.4 As quantidades referidas no quadro anterior são **meramente estimativas/indicativas**, podendo ser consultadas nos mapas de quantidades dos vários anos, no portal da ERSAR.

1.2.5 Às especificações técnicas, objeto do presente contrato acresce, para além do previsto na Parte I – Cláusulas Gerais, as que constam da Parte II – Condições Técnicas, do presente CE.

1.2.6 A Classificação Estatística de Produtos por Atividade, a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, que altera o Regulamento (CE) nº 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2014/24/UE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV, publicado no JOUE (Jornal Oficial da União Europeia) L74 de 15/03/2008, é a seguinte: **90511100-3 – Serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos.**

1.3. Epígrafe e remissões

1.3.1 Para efeitos do presente Caderno de Encargos e seus Anexos, os termos abaixo indicados têm os seguintes significados:

a) CCP - Código dos Contratos Públicos;

b) PP - Programa do Procedimento;

c) CE - Caderno de Encargos;

1.3.2 As epígrafes utilizadas no presente CE e nos seus Anexos foram incluídas por razões de mera conveniência, não fazendo parte da regulamentação aplicável às relações contratuais deles emergentes.

1.3.3 As remissões efetuadas ao longo do presente CE para cláusulas ou alíneas, consideram-se efetuadas para o clausulado deste CE, salvo se do contexto resultar sentido diferente.

1.4. Forma e documentos contratuais

1.4.1 O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, e será reduzido a escrito nos termos do ponto 11 do PP.

1.4.2 O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros das omissões do CE identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao CE;

c) O caderno de encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada dados pelo Prestador de Serviços;

f) O gestor do contrato em nome da entidade adjudicante, [*conforme o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º, conjugado com o disposto no artigo 290.º-A, ambos do CCP*];

g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

1.4.3 Em caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

1.4.4 Em caso de divergência entre os documentos referidos em 1.4.2. e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo, quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Prestador de Serviços, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

1.4.5 Além dos documentos indicados no ponto 1.4.2, o Prestador de Serviços obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

1.5. Condições de adjudicação e de contratação

Nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante reserva-se ao direito de não contratualizar, caso ocorra a indisponibilidade de fundos, nos termos constantes na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, complementado pelo Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 junho.

1.6. Prazo de vigência

1.6.1 O prazo de vigência do contrato a celebrar é de **6 (seis) meses**, a contar do início da execução, que se prevê que ocorra a 01 de junho 2020.

1.6.2 O Prestador de Serviços obriga-se a concluir a execução do pretendido, conforme especificações técnicas e condições previstas na Parte II – Cláusulas Técnicas, deste CE e de acordo com o programa de trabalhos apresentado em proposta adjudicada.

1.6.3 O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da prestação da globalidade dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições previstos na Parte II – Cláusulas Técnicas deste CE e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

1.7. Prorrogação do contrato

1.7.1 Para efeitos do disposto no presente ponto, quando existam razões de interesses público, assim julgadas pela entidade adjudicante, nomeadamente, a necessidade de assegurar a prestação contínua do serviço no período que medeie entre o termo do prazo inicial e a entrada em vigor de novo contrato que venha a ser celebrado na sequência de procedimento concursal, poderá o prazo do contrato a celebrar ser prorrogado.

1.7.2 Durante o período de prorrogação, o contrato será regulado nos precisos termos em que foi celebrado, nomeadamente no que concerne a todos os termos e aspetos de execução do contrato definidos no presente CE, bem como aos preços acordados/contratados.

1.8. Gestor do Contrato

1.8.1 Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a parte contrária para todos os fins associados à execução do contrato.

1.8.2 A entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste no respetivo concelho, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetarem desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

1.8.3 A indicação do gestor do contrato, em nome da entidade adjudicante deve constar do clausulado do contrato, nos termos do disposto na alínea i), do n. º 1, do artigo 96. º do Código dos Contratos Públicos.

1.9. Local da realização da prestação de serviços

1.9.1 Os serviços, objeto do presente concurso, serão executados na área geográfica do Município de Estarreja, de acordo com as plantas que constam no **Anexo I,** ao presente CE, num total de 108,11 Km² em Estarreja.

1.9.2 A entidade prestadora dos serviços incluídos neste concurso trabalhará em exclusivo nas áreas do concelho da entidade adjudicante, não podendo utilizar as suas instalações, pessoal ou equipamento afeto a esta prestação de serviços, em quaisquer outros de natureza similar nas áreas de outros concelhos.

2. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

2.1. Obrigações principais do prestador de serviços

2.1.1 O prestador de serviços obriga-se a executar um serviço de qualidade de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis e, em conformidade com o disposto no presente CE, assegurando a interoperabilidade, continuidade e qualidade da prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos a destino final, concelho da entidade adjudicante, num total de 108,11Km2, designadamente:

a) Recolha e transporte dos Resíduos Urbanos (designado RU) a destino final;

b) Aquisição, colocação e substituição de contentores existente (em más condições de conservação) no Município de Estarreja, Entidade adjudicante e colocação de equipamento novo de deposição de resíduos urbanos, contentores de 240, 800, 1.000 e de 1.100 litros, (norma DIN ou Ochsner);

c) Recolha e transporte de resíduos de construção e demolição (RCD) resultantes de obras de escassa relevância urbanística, nos termos art.º 6.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) e dos Regulamentos Municipais de Administração Urbanística (RMAU) de cada Município adjudicante, a destino final;

d) Recolha e transporte a destino final de resíduos verdes;

e) Recolha e transporte a destino final de Monstros (Monos);

f) Recolha e transporte a destino final de REEE;

g) Recolha de Verdes;

h) Recolha de Objetos em fim de Vida;

i) Recolha e transporte de resíduos provenientes de descargas clandestinas (Montureiras)

j) Lavagem, desinfeção, desodorização e manutenção de todos os contentores de RU;

k) Fornecimento, aquisição, colocação e substituição de equipamentos (norma DIN ou Ochsner), sempre que solicitado pelos Entidade adjudicante, e ao longo do contrato;

l) Manutenção, no decorrer do contrato, de contentores de RU, de superfície, enterrados e semienterrados;

2.1.2 Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no CE ou cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o Prestador de Serviços as seguintes obrigações principais:

a) Garantir a prestação do serviço de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis e assegurando a qualidade e garantia dos resultados definidos, de acordo com as caraterísticas técnicas, funcionais, de interface definidos no presente CE;

b) Garantir a efetividade das prestações contratadas e a implementação de todos os serviços alvo do contrato, numa ótica de otimização da totalidade da prestação adjudicada, contribuindo para a manutenção das boas condições de higiene pública;

c) Dispor e afetar o pessoal necessário para satisfazer adequadamente as exigências do contrato, pagando ordenados, segurança social, seguros e quaisquer outros encargos associados, cumprindo a legislação relativa à sua contratação;

d) Assegurar que o pessoal contratado possua fardamento e equipamento de proteção individual apropriado e completo, de acordo com as indicações de higiene e segurança que o serviço requer e legalmente aplicáveis, assim como, comunicar, logo no início dos trabalhos, a respetiva identificação de toda a equipa de coordenação e apoio e os seus respetivos cargos, bem como, as fichas de EPI's de cada um;

e) Transmitir uma imagem de eficiência e diligência no desempenho das tarefas prestadas ao abrigo do contrato, zelando pela boa imagem do serviço público prestado e da entidade adjudicante, nomeadamente, quanto ao fardamento do pessoal, higiene das viaturas e conduta do pessoal afeto;

f) Fomentar a participação da população na minimização da produção de resíduos e na separação dos resíduos por fileiras, de forma a otimizar os sistemas de tratamento e valorização, minimizando a deposição em aterro, através da realização de campanhas publicitárias de divulgação do serviço, a publicar nos jornais locais, no mínimo de quatro vezes por ano;

g) Adquirir, disponibilizar e dispor todos os materiais, produtos e serviços necessários à prestação dos serviços e assim como, suportar todos os custos de manutenção e conservação dos mesmos durante o período de vigência do contrato;

h) Adquirir/Alugar todas as instalações técnicas necessárias, como sejam pavilhões oficinas, estações de lubrificação, estações de lavagem, postos de abastecimento de combustíveis e outras dependências complementares (tipo estaleiro), necessárias à realização dos trabalhos, apresentando à Entidade Adjudicante os contratos de aluguer/utilização, contratos de abastecimento de energia elétrica, contratos de abastecimento de água, contrato de entrega de águas residuais (águas de lavagem dos contentores, lixiviados) e contrato de prestação de serviço de comunicação e Wi-Fi/ Internet (nessa morada);

i) Adquirir todas as instalações administrativas necessárias e assegurar meios que permitam a comunicação via telefone, telemóvel e correio eletrónico, de forma a garantir, a todo o tempo e de forma eficiente, a comunicação com a entidade adjudicante, incluindo receção de avisos, reclamações e instruções, na perceção que os meios de comunicação são fundamentais para a informação de ocorrências que possam carecer de rápida resposta e resolução aquando do reporte e posterior comunicação do ponto de situação;

j) Respeitar os itinerários e os horários definidos e aprovados por cada Município, adjudicante, com a tolerância máxima de cerca 15 minutos;

k) Estacionar os veículos de forma a não obstruir o trânsito na via pública e respeitar a ordem municipal de tráfego;

l) Entregar à entidade adjudicante os objetos de valor encontrados no meio dos resíduos na respetiva área de jurisdição municipal;

m) Proceder à limpeza e higienização de todos os veículos após finalização dos trabalhos diários, garantindo que, no dia seguinte e ao entrarem de novo ao serviço, os mesmos se encontrem limpos e asseados;

n) Garantir as perfeitas condições de funcionamento de todos os veículos ao nível de mecânica, pintura, sinalização e sistemas de segurança;

o) Assumir total responsabilidade por todos os danos causados à entidade adjudicante ou a terceiros, relativos a serviços prestados e que resultem da ação ou omissão dos seus profissionais, assim como os resultantes da utilização do equipamento;

p) Comunicar a entidade adjudicante, com uma antecedência de 24 horas, das paragens de serviço previstas e a identificação das medidas tomadas para garantir a continuidade do serviço;

q) Comunicar, logo no início dos trabalhos a identificação de todos os veículos que farão parte da equipa de apoio a esta prestação de serviços afeto a cada circuito de recolha, bem como os documentos únicos de cada viatura;

r) Elaborar um relatório anual, no final de cada ano civil, com entrega até 31 de janeiro do ano seguinte, discriminando os acontecimentos e atividades relevantes ocorridos durante a execução do contrato;

s) Fornecer, à entidade adjudicante, informações e esclarecimentos relativos aos serviços prestados, permitindo o acompanhamento das suas atividades, através de reuniões de trabalho, a realizar nas instalações da entidade adjudicante, previamente acordadas por ambas as partes;

t) Realização de reuniões com a entidade adjudicante de acompanhamento da prestação de serviços;

u) Responder perante a entidade adjudicante e demais entidades fiscalizadoras pelo funcionamento, ordem, segurança e higiene nas áreas de atividade;

v) Disponibilizar toda a informação relativa ao conteúdo da prestação de serviços, acompanhando a execução do contrato, designadamente, no que diz respeito à informação que deverá entregar o quantitativo das pesagens dos resíduos descarregados, por município adjudicante, considerando que em nenhuma circunstância poderão os resíduos dos diferentes municípios serem considerados na mesma pesagem;

w) Emitir a fatura após o vencimento da obrigação respetiva e fazê-la chegar à morada indicada na nota de encomenda;

x) Prestar os esclarecimentos necessários relativamente aos valores indicados na fatura ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou equivalente;

y) Prestar à entidade pública adjudicante, em qualquer momento da execução dos serviços, informações e esclarecimentos relativos aos mesmos, prestados no âmbito do contrato a celebrar, em conformidade com o CE;

z) Sujeitar-se a ações de acompanhamento e supervisionamento a realizar pela entidade adjudicante, sem prejuízo do controlo que possa a vir a ser exercido pelas entidades que nos termos da legislação aplicável detêm tais poderes sobre a entidade adjudicante;

aa) Suportar todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação da respetiva proposta;

bb) Assumir a responsabilidade de pagamento de todas as despesas decorrentes da prestação de cauções;

cc) Comunicar, logo tenha conhecimento, à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a realização da prestação de serviços, objeto deste procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;

dd) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias e nos prazos indicados pela entidade adjudicante;

ee) Manter sigilo e confidencialidade;

ff) Assumir todos os encargos decorrentes da utilização e fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, recaindo sobre si as quantias que a entidade adjudicante tenha de pagar, seja a que título for, por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer direitos;

gg) Não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização da entidade adjudicante;

hh) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

ii) Possuir todas as autorizações, contratos, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato;

jj) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;

2.1.3 O Prestador de Serviços adjudicatário obriga-se a permitir que a entidade adjudicante, ou seu representante, fiscalizem e auditem os serviços prestados objeto do contrato.

2.1.4 O Prestador de Serviços deverá garantir a obtenção de ganhos de rentabilidade e produtividade no serviço de gestão de RU's, através de ferramentas eficazes no apoio à tomada de decisões diárias, através de uma solução que permita a redução dos custos operacionais, efetuar uma melhor gestão de equipas, de equipamentos, de circuitos, de viaturas e a obtenção de dados consolidados sobre todo o serviço de recolha e transporte.

2.1.5 O Prestador de Serviços deverá monitorizar as rotas através do sistema de frota com GPS, que usa, disponibilizando a password ao Município de Estarreja.

2.1.6 É da responsabilidade do Prestador de Serviços os custos associados ao consumo de água destinada à execução dos serviços, assim como a obtenção e licenciamento do local onde será efetuado o escoamento da água utilizada, em cumprimento da legislação aplicável. Todas as despesas, custos ou encargos inerentes a estas operações correrão por conta e risco do Prestador de Serviços.

2.1.7 A título acessório, o Prestador de Serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, que permita garantir a qualidade e continuidade dos serviços prestados.

2.1.8 Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional.

2.1.9 Garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exerçam funções na entidade adjudicatária, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

2.2. Forma da prestação de serviços

2.2.1 Para o acompanhamento da execução do contrato, o Prestador de Serviços fica obrigado a manter comunicação com a entidade adjudicante, através de interlocutor a identificar após o ato de adjudicação, conforme exigido no ponto 1.8 deste CE.

2.2.2 O Prestador de Serviços deverá indicar um encarregado afeto a tempo inteiro à prestação de serviços e que tenha capacidade de decisão e resolução de situações de caráter urgente.

2.2.3 O Prestador de Serviços deverá apresentar semanalmente o programa de trabalhos para a semana seguinte, onde deverão constar os trabalhos a realizar, os locais e os recursos humanos e materiais.

2.2.4 O Prestador de Serviços deverá enviar, em suporte digital, até ao dia 5 de cada mês, relatórios com o resumo do trabalho desenvolvido durante o mês anterior, indicando os seguintes dados:

a) Pessoal, viaturas, ferramentas, máquinas e equipamentos utilizados;

b) Quantidades de resíduos recolhidos e entregues, incluindo o Mapa das baldeações das indústrias;

c) Substituição, reparação e manutenção dos contentores, número do contentor, por Rua, por Freguesia, por circuito;

d) Reforço dos contentores, número do contentor, por Rua, por Freguesia, por circuito;

e) Manutenção de contentores realizadas, por circuito, por Freguesia, por Rua e número do contentor;

f) Número de recolhas por equipamento de recolha;

g) Listagem de equipamento lavado por arruamento/ freguesia/circuito e por data da execução;

h) Relação dos equipamentos lavados (frequência da lavagem de cada equipamento, n.º de lavagens e média diária de contentores lavados);

i) Quantidade de água utilizada;

j) Quantidades de águas residuais descarregadas;

k) Atividades desenvolvidas durante o ano – acumulado das atividades desenvolvidas durante o ano;

l) Anomalias ocorridas e seus motivos;

m) No relatório do mês de dezembro apresentar também a previsão da atividade para o ano seguinte, para aprovação;

2.2.5 Sempre que a fiscalização do Município adjudicante, detete deficiências nos trabalhos executados e adstritos à prestação de serviços, o Prestador de Serviços terá de repor a situação em conformidade com as condições do presente CE, de acordo com os prazos apresentados de seguida, sem prejuízo da aplicação das sanções pecuniárias previstas no ponto 5 deste CE:

a) Recolha e transporte de resíduos urbanos em contentores - imediatamente no prazo máximo de 8 (oito) horas, após conhecimento do facto;

b) Substituições, manutenções e reparações de contentores danificados – no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

c) Colocação de novos contentores em locais a indicar pela entidade adjudicante - no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

d) Limpeza dos locais (áreas adjacentes) onde estão colocados os contentores – no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

e) Lavagem, desinfeção e desodorização de todos os contentores – no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

2.2.6 Os prazos anteriormente estabelecidos têm o início da sua contagem decorridas que sejam duas horas sobre a data e hora de envio de correio eletrónico da entidade adjudicante alertando para a situação a corrigir e tem o seu termo de contagem na data e hora em que o Prestador de Serviços remeter resposta com comprovativo de resolução da situação:

2.2.7 O Prestador de Serviços organizará um registo diário de todos os acontecimentos relevantes, trabalhos efetuados e de anomalias e/ou dificuldades na execução normal do serviço, em que mencione identificação do local, respetiva foto, as causas e as eventuais sugestões de correção, sendo este debatido em reunião, designadamente:

i. A não remoção de RU;

ii. Contentores danificados, vandalizados, queimados, roubados ou fora do local habitual;

iii. Deteção de montureiras;

iv. Deteção de resíduos indevidamente depositados junto aos contentores, ou dentro deles como sejam “entulhos”, “monos”, “verdes”;

v. Descargas clandestinas de resíduos na Via Pública;

vi. Situações de incumprimento do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos e de Limpeza Pública;

vii. Outras situações que causem constrangimento ou impeçam a normal execução dos trabalhos.

2.2.8 Para o planeamento e acompanhamento da execução do contrato, o Prestador de Serviços fica obrigado a realizar através de reuniões mensais de coordenação, com a presença do diretor técnico e do encarregado da prestação de serviços (definido no ponto 2.2 deste ponto), nas instalações da entidade adjudicante, podendo ser solicitada a todo o tempo a realização de reunião extraordinária, com o Gestor do Contrato, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2.2.9 As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita, por parte do Prestador de Serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

2.2.10 A entidade adjudicante pode impor alterações pontuais ao modo de execução da prestação de serviços, nomeadamente, nos horários e circuitos a efetuar, que no decorrer dos trabalhos se evidenciem como necessárias ou convenientes, desde que as mesmas não impliquem a alteração do equilíbrio financeiro do contrato.

2.2.11 Só são admitidas alterações às condições de execução da prestação pelo Prestador de Serviços, após a autorização prévia, por escrito, da entidade adjudicante.

2.2.12 No final da execução do contrato, o Prestador de Serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos no referido período.

2.2.13 Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo Prestador de Serviços devem ser integralmente redigidos em português.

2.3. Conformidade técnica e garantia

A entidade adjudicatária fica sujeita, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à entidade adjudicante em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do adjudicatário e respetivos prazos aplicáveis aos contratos de fornecimento de bens, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

2.4. Pessoal

2.4.1 O adjudicatário fica responsável pelo integral cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nos termos da legislação em vigor, designadamente:

- Encargos sociais, seguros de responsabilidade civil e acidentes de trabalho, estragos causados pelo pessoal afetos à prestação e ainda a quaisquer danos diretamente imputados ao mesmo, durante e/ou em consequência da execução do serviço.

2.4.2 O pessoal deverá cumprir as regras de boa imagem e higiene no decorrer de todas as tarefas inerentes à sua atividade, apresentando-se com fardamento cuidado e cartão de identificação individual visível, desempenhando de forma eficaz em todas as vertentes da prestação de serviços.

2.5. Circulação de pessoas e viaturas

2.5.1 O adjudicatário respeitará as normas que a Entidade Adjudicante tenha em vigor em matéria de segurança e circulação de pessoas e viaturas.

2.6. Obtenção de licenças e autorizações para exercício da atividade, patentes, licenças e marcas registadas

2.6.1 Compete ao Prestador de Serviços requerer, , obter, custear e manter em vigor todas e quaisquer licenças e autorizações necessárias ao exercício das atividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objeto do contrato, observando todos os requisitos que para tal sejam necessários, devendo informar, de imediato, quando estas lhe sejam retiradas, caduquem, sejam revogadas ou por qualquer motivo deixei de operar os seus efeitos, indicando, desde logo, que medidas tomou ou irá tomar para repor tais licenças e autorizações em vigor.

2.6.2 É da responsabilidade do Prestador de Serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas, patentes registadas ou licenças.

2.6.3 Caso a entidade adjudicante venham a ser demandadas por terem infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados nos números anteriores, o Prestador de Serviços indemnizá-las-á de todas as despesas que dai decorram.

2.7. Verificação e aceitação da prestação

2.7.1 Executados os serviços e fornecimentos, objeto do presente CE, a entidade adjudicante, caso considerem necessário, poderão, por si ou através de terceiro por eles designado, proceder à verificação qualitativa e quantitativa da conformidade das prestações, objeto do presente CE, designadamente, se as mesmas correspondem aos requisitos técnicos e operacionais, e, ainda às características e especificações, definidas nas cláusulas deste Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2.7.2 Na verificação a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar, à entidade adjudicante ou seu representante, toda a cooperação e todos os esclarecimentos técnicos necessários.

3. DEVER DE SIGILO

3.1. Objeto do dever de sigilo

3.1.1 As partes obrigam-se reciprocamente a manter sigilo sobre o conteúdo do presente procedimento e sobre quaisquer factos relacionados com a sua execução.

3.1.2 O Prestador de Serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.

3.1.3 A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3.1.4 Exclui-se do dever de sigilo previsto neste CE a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Prestador de Serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

3.1.5 Cada parte tomará as providências adequadas para evitar que o sigilo referido do presente CE seja quebrado pelos seus empregados, consultores ou agentes que, por força das suas funções, devam ter conhecimento do Contrato e dos factos relacionados com a respetiva execução.

3.2. Prazo do dever de sigilo

3.2.1 O Prestador de Serviços deverá guardar sigilo, sem limite de prazo, quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

3.2.2 Cessa a obrigação de sigilo quando haja autorização escrita da outra Parte, quando a informação seja exigida por lei ou por competente autoridade pública e quando se destine a entidades que venham a financiar projetos ligados ao presente procedimento, comprometendo-se cada uma das partes, neste último caso, a impor regras de confidencialidade a essas entidades financiadoras que assegurem, no mínimo, um grau de confidencialidade idêntico ao estipulado neste Contrato.

4. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

4.1. Obrigação da entidade adjudicante

4.1.1 Constituem obrigações da entidade adjudicante, enquanto entidade adjudicante:

a) Monitorizar a prestação de serviços, em períodos regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotar os desvios registados, identificar as causas e solicitar ao Prestador de Serviços a introdução de medidas corretivas, quando aplicável;

b) Monitorizar a prestação de serviços no que respeita ao cumprimento dos requisitos técnicos mínimos e níveis de serviços definidos no presente CE e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;

c) Avaliar o desempenho da prestação através de indicadores quantitativos, qualitativos e impactos esperados, que traduzam o resultado global dos serviços

prestados, de acordo com os indicadores de qualidade de serviços de gestão de Resíduos Urbanos prestados e, cada Município (indicadores ERSAR);

d) Comunicar, em tempo útil, ao prestador de serviços os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato de aquisição de serviços e reportar os resultados da monitorização;

e) Durante a vigência do contrato, a entidade adjudicante reservam-se o direito de proceder à inspeção dos equipamentos, materiais, viaturas, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento;

f) Fornecer ao Prestador de Serviços as normas internas em vigor;

g) Nomear um responsável no seio do respetivo organismo (Gestor do Contrato), para efeitos de comunicações com o Prestador de Serviços e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;

h) Pagar as faturas regularmente emitidas pelo Prestador de Serviços e que tenham sido aceites, no prazo previsto no ponto 4.6.1 do presente Caderno de Encargos;

i) Aplicar as sanções contratuais, quando aplicável.

4.2. Preço base do procedimento

4.2.1 Para efeitos do nº3 do artigo 47.º do CCP, o preço unitário máximo que a entidade adjudicante aceita pagar pela prestação de serviços em causa é de **40,30€** (quarenta euros e trinta cêntimos)**, por tonelada,** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

4.2.2 Pela prestação dos serviços, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente CE, a entidade adjudicante dispõe-se a pagar ao Prestador de Serviços o **preço unitário constante da proposta adjudicada**, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sendo que o preço unitário multiplicado pelas quantidades estimadas**,** para o período de vigência do contrato estima-se em **187.395,00 €** (cento e oitante e sete mil e trezentos e noventa e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

4.2.3 Os parâmetros base a que as propostas se encontram vinculadas, correspondendo a um preço unitário para as quantidades estimadas, expressa em toneladas, são os seguintes:

Designação	Quantidade - ESTIMADA	Preço Unitário Base /por tonelada recolhida (S/IVA)
• Recolha, transporte e depósito de RU na UTMB da ERSUC, localizada em Eirol, Concelho de Aveiro ou na Estação de transferência de Estarreja; • Fornecimento pelo Prestador de Serviços de novos contentores de 240, 800, 1.000 e de 1100 litros – Sistema DIN; • Lavagem, desinfeção e desodorização e manutenção de contentores normalizados, sistema Ochsner, DIN e contentores semienterrados de 3.000 L e de 5. 000 L; • Recolha domiciliária, transporte e destino final de objetos fora de uso (recolha de Monos, verdes e REEE); • Recolha, transporte de Resíduos Verdes; • Recolha, transporte e depósito de resíduos provenientes de descargas clandestinas (Montureiras); • Recolha e transporte de resíduos de construção e demolição (RCD);	4.650 toneladas	40,30€

4.2.4 As quantidades referidas no quadro anterior são **meramente estimativas/indicativas**, podendo ser consultadas nos mapas de quantidades dos vários anos, no portal da ERSAR.

4.2.5 De atender, que preço base referente à prestação de serviços que constituem o seu objeto, e para os efeitos decorrentes do disposto no artigo 47.º do CCP, é o **valor máximo estimado** para a prestação de **serviços efetivamente prestados**, sendo que só será pago o valor correspondente ao serviço efetivamente prestado, expresso em toneladas.

4.2.6 O preço unitário por tonelada da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço unitário máximo fixado no presente CE, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sendo que, nos termos da alínea d), n.º 2, artigo 70.º do CCP, são excluídas as propostas cujos preços unitários sejam superiores ao preço unitário base referido no n.º 4.2.2, deste CE.

4.2.7 O Prestador de Serviços fica obrigado a garantir e manter as suas condições propostas, nomeadamente, prazos, condições de pagamento e demais condições apresentadas para a execução do contrato, objeto do concurso, até final do contrato.

4.3. Preço contratual

4.3.1 Deverá ser apresentada uma proposta de preço global para a aquisição de serviços em causa, bem como o preço descriminado por Município adjudicante em conformidade com a minuta, a qual irá fazer parte do ANEXO II Programa de Procedimento (PP) e preenchendo a Lista de Preço Unitário, segundo modelo disponibilizado em ficheiro Excel, em Anexo II.1, ao PP.

4.3.2 Pela prestação de serviços, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente CE, a entidade adjudicante, deve pagar ao Prestador de

Serviços adjudicatário, na parte a que ela respeita, o preço contratual resultante da multiplicação dos preços unitários constantes da proposta adjudicada com a quantidade de serviços (toneladas recolhidas) efetivamente prestados, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que por cada entidade adjudicante, os valores estimados seguintes:

ENTIDADE ADJUDICANTE	Preço máximo (6 meses)
MUNICÍPIO DE ESTARREJA	187.395,00€

4.3.3 O somatório do preço unitário multiplicado **pelos serviços efetivamente prestados/fornecidos não poderá, em qualquer caso, ser superior ao valor máximo fixado** no ponto anterior para cada entidade adjudicante, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).

4.3.4 O **valor total da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço unitário máximo fixado** no presente caderno de encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

4.3.5 Pela prestação de serviços, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente CE, a entidade adjudicante, deve pagar ao Prestador de Serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

4.3.6 O preço referido no ponto 4.3.2. inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a cada Município Adjudicante.

4.3.7 São, nomeadamente, suportados pelo Prestador de Serviços os seguintes encargos:

a) Todas as deslocações, estadias e despesas de alimentação;

b) Todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de material e equipamento;

c) Todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;

d) Encargos com telecomunicações e correios;

e) Tradução de documentos;

f) Reprodução de documentos emitidos;

g) Equipamentos e materiais consumíveis utilizados na realização da prestação e também de escritório;

h) Todo e qualquer custo, encargo e despesa cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município

4.3.8 Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do Prestador de Serviços.

4.3.9 Findo o prazo, e caso não tenha sido atingido o valor previsto, o contrato extingue-se sem que assista ao Prestador de Serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

4.4. Faturação

4.4.1 A (s) fatura (s) referente(s) ao presente contrato só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação que lhes subjaz e a emissão da respetiva requisição oficial parcial, a emitir à medida das necessidades, em função dos fundos disponíveis, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, devendo a emissão da fatura por parte do Prestador de Serviços ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias após a receção daquele compromisso e fazer obrigatoriamente referência aos respetivos números de requisição, de cabimento e de compromisso.

4.4.2 Ao presente contrato aplica-se a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro republicada pela Lei nº22/2015, de 17 de março, complementado pelo Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo Decreto-Lei nº99/2015, de 2 junho, que prevalecem sobre a restante legislação em vigor, bem como o Código dos Contratos Públicos a demais legislação sobre a matéria.

4.4.3 A faturação deverá ser mensal e deverá ser emitida em nome do Município de Estarreja, sendo que as faturas deverão ser emitidas no final do mês a que respeitam e com a discriminação da totalidade dos serviços (**valor correspondente ao serviço prestado na respetiva área territorial**) correspondendo à prestação de serviços do mês anterior, devendo estas serem acompanhadas dos talões de pesagem semanais.

4.4.4 As faturas mensais, devem ser remetidas aos serviços da entidade adjudicante, nos primeiros 5 (cinco) dias úteis de cada mês.

4.4.5 O Prestador de Serviços obriga-se a **pesar os RU recolhidos e disponibilizar original dos talões de pesagem** à entidade adjudicante semanalmente, para além do mapa das pesagens efetuadas durante cada um dos dias da semana, os quais deverão acompanhar a fatura.

4.4.6 As faturas a apresentar pelo prestado de serviços, à entidade adjudicante devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem discriminar os serviços a que se reportam

4.4.7 As faturas devem ser emitidas após vencimento da obrigação respetiva, e deverão ser enviadas para a Divisão Económica e Financeira-Subunidade de Aprovisionamento e Contratação Pública, sito no Edifício dos Paços do Concelho, Praça Francisco Barbosa, 3864-001 Estarreja, com seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE ESTARREJA;

DEF_SACP_ Setor de Contratação Pública;

Nº DE COMPROMISSO;

4.4.8 Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pelo Município porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao Prestador de Serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

4.4.9 A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela entidade adjudicante não será objeto de cobrança adicional.

4.4.10 Não serão permitidos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

4.5. Condições de Pagamento

4.5.1 As quantias devidas, por cada entidade adjudicante, com observância do artigo 299.º do CCP, devem ser pagas no prazo de **30 (trinta) dias** após a receção das respetivas faturas mensais, com a discriminação da totalidade dos serviços objeto do contrato efetivamente executados no mês anterior, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

4.5.2 Só serão devidos os valores referentes ao trabalho efetivamente realizado.

4.5.3 Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, devem estas comunicar ao Prestador de Serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4.5.4 Desde que devidamente emitidas e observado o explicitado em pontos anteriores, as faturas serão pagas pela entidade adjudicante, através de transferência bancária para o NIB a indicar pela entidade adjudicatária.

4.5.5 Caso se verifiquem erros, as mesmas serão rejeitadas e devolvidas ao Prestador de Serviços para respetiva correção e nova emissão, iniciando-se novamente o prazo de pagamento referido no número anterior.

4.5.6 Caso se verifique ocorrência de incorreções ou omissões de dados nas faturas emitidas acertos de faturação, são aplicáveis os seguintes procedimentos:

a) Se o valor apurado for a favor da entidade adjudicante, o acerto de faturação deve ser efetuado por compensação de crédito na própria fatura que tem por objeto o acerto;

b) Se o valor apurado for a favor do Prestador de Serviços, o Prestador de Serviços enviará à entidade adjudicante uma nota de débito/fatura separada referente apenas aos meses e objeto do acerto de faturação.

4.5.7 Não são aceitáveis condições de pagamento do tipo "*A combinar*" ou similares, não podendo igualmente ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, nos termos do artigo 292º do CCP.

4.6. Atrasos nos pagamentos

4.6.1 Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas na cláusula anterior não autoriza o Prestador de Serviços a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do Contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do CCP.

4.6.2 O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

4.7. Comunicação de Agravamento de Risco

A entidade adjudicante tem o dever de, durante a execução do contrato, no prazo de 14 (catorze) dias a contar do conhecimento do facto, comunicar ao Prestador de Serviços todas as circunstâncias que agravem o risco, desde que estas, sejam conhecidas pelo Prestador de

Serviços aquando da celebração do contrato, tenham influenciado na decisão de contratar ou nas condições do contrato.

5. PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

5.1. Penalidades contratuais

5.1.1 O prestador de serviços deverá cumprir obrigatoriamente o contrato com estrita sujeição do presente CE.

5.1.2 À Entidade Adjudicante cabe o direito de impor ao prestador de serviços sanções nos casos de não cumprimento das condições contratuais, programa de procedimento e caderno de encargos.

5.1.3 No caso de mora no cumprimento ou cumprimento defeituoso da prestação de serviços contratados por parte do prestador de serviços, poderão a entidade adjudicante interpelar Prestador de Serviços para cumprir das tarefas contratadas, quando tal ainda for possível e se mantenha o interesse do credor na prestação de serviços, devendo nesse caso o prestador de serviços dar-lhe cumprimento imediato, bem como suportar os danos que a entidade adjudicante sofram na sequência de tais atos.

5.1.4 Ao ser interpelado para os efeitos previstos no número anterior, o prestador de serviços deverá cumprir imediatamente, de forma integral e satisfatória, os serviços em falta.

5.1.5 Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante, terão em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Prestador de Serviços e as consequências do incumprimento.

5.1.6 Pelo incumprimento de obrigações emergentes do presente CE e contrato, confere à entidade adjudicante o direito de ser indemnizado através da aplicação de sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos dos pontos seguintes:

a) A não execução de recolha ou transporte dos resíduos urbanos em incumprimento pelos pontos 3, 4, 5, 6, 7 e 8 da Parte II – Cláusulas Técnicas do presente o CE, implica a aplicação de uma penalização correspondente a 500 € (quinhentos euros) por contentor. Caso o incumprimento ou o cumprimento defeituoso não seja corrigido no período de 8 (oito) horas o valor diário da penalização aplicável será multiplicado por 2 (dois);

b) A não execução da lavagem dos equipamentos de deposição, enterrados ou de superfície ou a não afixação dos registos de lavagem, em incumprimento com o ponto 10 da Parte II – Cláusulas Técnicas do presente o CE, implica a aplicação de uma penalização de 500 € (quinhentos euros) por cada equipamento e por dia, até que a situação se encontre regularizada. Caso o incumprimento ou o cumprimento defeituoso não seja corrigido no período de 24 (vinte e quatro) horas o valor da penalização aplicável será multiplicado por 2 (dois);

c) A não reparação ou substituição no imediato de contentores, equipamento dos contentores semienterrados e enterrados (tipo Molok, ou outro), em mau estado de conservação ou vandalizados parcial ou totalmente, implica a aplicação de uma

penalização de 500 € (quinhentos euros) por cada unidade em falta por dia e até á reposição integral da situação em boas condições; Caso o incumprimento ou o cumprimento defeituoso não seja corrigido no período de 24 (vinte e quatro) horas o valor diário da penalização aplicável será multiplicado por 2 (dois);

d) A ausência de cantoneiro no respetivo camião, implica aplicação de uma penalização de 1.000 € (mil euros) por cada cantoneiro em falta, por dia;

e) A não recolha dos resíduos da envolvência dos contentores, implica a penalização pecuniária de 500 € (quinhentos euros) por cada envolvência de equipamento, por dia, até reposição integral da situação em boas condições de higiene e salubridade. Caso o incumprimento ou o cumprimento defeituoso não seja corrigido no período de 24 (vinte e quatro) horas o valor diário da penalização aplicável será multiplicado por 2 (dois);

f) A não apresentação pelo prestador de serviços de quaisquer planeamentos, após exigidos pelos serviços técnicos municipais afetos a cada município adjudicante, ou previstos no presente CE, dentro do prazo estipulado, implica a aplicação de uma penalização pecuniária correspondente a 500 € (quinhentos euros) por cada dia de atraso;

g) A não apresentação pelo prestador de serviços, dentro do prazo estipulado no presente CE, de quaisquer estudos, planos registos, projetos, relatórios, informação para a ERSAR, aplicação informática, exigidos pela Entidade Adjudicante, implica a aplicação de uma penalização correspondente a 100€ (cem euros) por cada dia de atraso;

h) A ocorrência, no período de um mês, de 10 (dez) ou mais reclamações que a Entidade Adjudicante entenda como justificadas e lesivas da imagem do serviço prestado, bem como as faltas que estiverem relacionadas com a imagem dos serviços, implica a penalização pecuniária de 500€ (quinhentos euros) por reclamação, por dia, até reposição integral da situação em boas condições;

i) O incumprimento das frequências e horários dos serviços a prestar, desde que não tenham sido comunicados à entidade adjudicante a ocorrência de uma situação anormal, implica a penalização pecuniária de 5.000€ (cinco mil euros), por dia, até reposição integral da situação em boas condições;

j) A utilização indevida de água a partir de qualquer ponto da rede de abastecimento (ou boca de incêndio) que não tenha sido contratada entre a AdRA e o Prestador de Serviços implica a penalização pecuniária de 20.000€ (vinte mil euros) por cada ação;

k) A utilização indevida de pontos de entrega de saneamento básico que não tenha sido contratada entre a AdRA e o Prestador de Serviços implica a penalização pecuniária de 20.000€ (vinte mil euros) por cada ação;

l) A utilização de qualquer viatura ou equipamento em outras atividades ou funções que fora do âmbito desta prestação de serviços, implica a penalização pecuniária de 5.000€ (cinco mil euros) por cada situação detetada pelos serviços da entidade adjudicante;

5.1.7 Em todas as situações referidas nos pontos anteriores, e em face da gravidade da situação para saúde, higiene e salubridade pública, a Entidade Adjudicante podem substituir-se ao adjudicatário para efetuar os trabalhos incluídos nesta prestação de serviços a fim de regularizar a situação. Nestes casos, além das penalidades e respetivas sanções pecuniárias

citadas nos itens anteriores, serão imputados ao Adjudicatário os custos das intervenções realizadas/contratadas da Entidade Adjudicante.

5.1.8 Quando o somatório das sanções pecuniárias aplicadas ao Prestador de Serviços ascenderem a 20% do valor global do contrato estão reunidas só por si as condições para a resolução do contrato. Todavia se a Entidade Adjudicante considerar que da referida resolução resultam graves danos para o interesse público poderão dar continuidade ao contrato elevando-se para 30% o limite máximo de penalidades pecuniárias a aplicar.

5.1.9 Não serão aplicadas penalidades em caso de verificação de um evento que possa ser considerado de força maior de acordo com o previsto no número seguinte.

5.1.10 O prestador não incorrerá em responsabilidades se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato, devendo para isso comunicar e justificar tais situações à entidade adjudicante, logo que delas tenha conhecimento, por qualquer meio escrito, bem como informar sobre o prazo previsível para restabelecer a situação.

5.1.11 O valor da sanção pecuniária a aplicar, é creditada a favor da entidade adjudicante ou deduzida ao preço a pagar pelo serviço.

5.1.12 A entidade adjudicante, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo prestador, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial;

5.1.13 A ocorrência da respetiva penalidade será comunicada ao Prestador de Serviços, por escrito, sendo que o valor da penalidade será descontado na fatura do mês em que se verifique o incumprimento, ou por impossibilidade, no mês seguinte ao da ocorrência.

5.1.14 Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a prestação de serviços objeto do contrato em quantidades inferiores tem um efeito suspensivo na faturação e pagamento do valor total da encomenda respetiva, nos termos do presente caderno de encargos, contrato e proposta adjudicada, até que a situação em causa se mostre normalizada.

5.1.15 O incumprimento é comunicado pela entidade adjudicante ao Prestador de Serviços, após avaliada a sua gravidade sendo-lhe garantida a prévia defesa.

5.1.16 A aplicação das penas pecuniárias é precedida de audiência escrita à entidade adjudicatária, para se pronunciar no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação.

5.1.17 As penas pecuniárias previstas no presente ponto não obstam de que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

5.1.18 Toda e qualquer intervenção do Adjudicatário na execução dos trabalhos da Prestação de Serviços que, por sua incúria e/ou não cumprimento do Contrato, da qual resulte prejuízos a terceiros, será da exclusiva responsabilidade do adjudicatário, a quem caberá pagar a indemnização a que haja lugar.

5.2. Casos fortuitos e de força maior

5.2.1 Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é tido como incumprimento, a não realização das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, das quais esta não pudesse ter

conhecimento antecipado ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe sejam razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.

5.2.2 Para efeitos de interrupção, consideram-se casos fortuitos ou de força maior aqueles que reúnam as condições de exterioridade, imprevisibilidade e irresistibilidade face às boas práticas ou regras técnicas aplicáveis.

5.2.3 Podem constituir casos de força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

5.2.4 Não constituem casos de força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam casos de força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5.2.5 A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior que impeçam o cumprimento total ou parcial do contrato ou atrasos ou prejuízos na execução do contrato, ou agravamento no seu custo deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

5.2.6 A força maior pode determinar a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

5.3. Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

5.4. Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previsto no artigo 332º do CCP.

5.5. Suspensão do contrato

Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o Município de Estarreja pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de segurança pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.

6. CUMPRIMENTO CONTRATUAL

6.1. Execução do Contrato

6.1.1 As situações constituídas entre as partes devem ser exercidas e cumpridas de boa fé e em conformidade com os ditames do interesse público, nos termos da lei.

6.1.2 Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe ao Prestador de Serviços a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante a entidade adjudicante.

6.1.3 As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

6.1.4 O Prestador de Serviços deve prestar à entidade adjudicante todas as informações que estas lhe solicitarem e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo este, por sua vez, satisfazer os pedidos de informação que lhe forem formulados.

6.2. Incumprimento contratual

6.2.1 No caso de o Prestador de Serviços não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, deve a entidade adjudicante notifica-lo para cumprir dentro de um prazo razoável, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a entidade adjudicante tenham perdido o interesse na prestação.

6.2.2 Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, a entidade adjudicante pode optar pela efetivação das prestações de natureza fungível em falta, diretamente ou por intermédio de terceiro, ou resolver o contrato com fundamento em incumprimento definitivo, nos termos previstos no CCP.

7. CAUÇÃO E SEGUROS

7.1. Caução

Para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato e, no caso de não ser exigida a prestação de caução poderá o Município de Estarreja, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do artigo 88º do CCP.

7.2. Seguros

7.2.1 Serão da exclusiva responsabilidade do Prestador de Serviços todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.

7.2.2 O Prestador de Serviços é responsável por todos os riscos que possam inviabilizar ou prejudicar a prestação do serviço, objeto do presente contrato, devendo recorrer à cobertura, através de contratos de seguros dos seguintes riscos:

- Responsabilidade civil;
- A obrigação de indemnizar terceiros;
- Acidentes de Trabalho (Relativos à vida, à saúde e à integridade física das pessoas a seu cargo);
- Relativas a meios de transporte postos à disposição do seu pessoal e por estes utilizados, bem como, de todo o pessoal nele transportado;
- Apólice de seguro que cubra o valor dos equipamentos, infraestruturas, instalações e outros, afetos ou a afetar, contra qualquer tipo de acidentes, pelo seu valor real;
- Demais seguros que se mostrem necessários à execução da prestação de serviços.

7.2.3 A entidade adjudicatária deve assegurar a existência e a manutenção em vigor das apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva e extensiva cobertura dos riscos, estando obrigado a proceder à entrega de uma cópia das apólices de seguros, bem como, do recibo comprovativo do respetivo pagamento, devidamente atualizado, na data de início da prestação.

7.2.4 Os seguros referidos, nos números anteriores, devem vigorar desde a data de início da prestação de serviços até ao seu termo.

7.2.5 Os encargos referentes a todos os seguros, bem como qualquer dedução efetuada pela Companhia de Seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão exclusivamente da conta do Prestador de Serviços.

7.2.6 A entidade adjudicatária poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Prestador de Serviços fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias úteis.

8. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS:

8.1. Resolução de litígios e foro competente

8.1.1 Na eventualidade de qualquer conflito, as partes devem sempre procurar chegar a um acordo sobre a situação em litígio, dentro dos princípios da boa fé contratual, previamente ao recurso à via contenciosa.

8.1.2 Quando as partes não conseguirem chegar ao acordo previsto no número anterior,

para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal competente em razão da matéria e do território.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Subcontratação e cessão de posição contratual pelo Prestador de Serviços

A subcontratação pelo Prestador de Serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP e nos termos dos artigos 316º a 318º do CCP.

9.2. Cessão da posição contratual por incumprimento do Prestador de Serviços (cocontratante)

9.2.1 O Prestador de Serviços, em caso de incumprimento das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, pode ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela entidade adjudicante, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 318.º-A do CCP.

9.2.2 Para efeito do disposto na parte final do número anterior, a entidade adjudicante interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

9.2.3 A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo Prestador de Serviços adjudicatário cedente no procedimento pré-contratual original.

9.2.4 A cessão da posição contratual opera por mero efeito da entidade adjudicante, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

9.2.5 Os direitos e obrigações do Prestador de Serviços adjudicatário cedente, desde que constituídos em data anterior em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o empreiteiro adjudicatário cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

9.2.6 As obrigações assumidas pelo Prestador de Serviços adjudicatário cedente depois da notificação referida no n.º 9.2.2 do presente ponto, apenas vinculam o Prestador de Serviços adjudicatário cessionário quando este assim o declare, após a cessão.

9.2.7 A caução e as garantias prestadas pelo Prestador de Serviços adjudicatário cedente são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data de cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela entidade adjudicante aos respetivos depositários ou emitentes, nos termos do nº 7 do artigo 318.º-A do CCP.

9.2.8 A posição contratual do Prestador de Serviços adjudicatário cedente nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para o Prestador de Serviços adjudicatário cessionário, salvo em caso de recusa por parte deste.

9.3. Outros Encargos

9.3.1 Todas as despesas com a participação no processo incluindo as que se prendam com a prestação da caução são da responsabilidade do Prestador de Serviços.

9.3.2 São da responsabilidade exclusiva do Prestador de Serviços todas as obrigações que resultem da utilização direta ou indireta de direitos de propriedade intelectual designadamente, desenhos registados, marcas de comércio ou fabrico, bem como a obtenção das autorizações necessárias e o pagamento dos correspondentes encargos.

9.3.3 O Prestador de Serviços será o único responsável no caso de reclamação ou processo judicial, resultante de violação ou alegação violação dos direitos referidos no número anterior.

9.3.4 Todas as despesas derivadas do Visto do Tribunal de Contas são da responsabilidade do Prestador de Serviços.

9.4. Responsabilidade

9.4.1 O Prestador de Serviços assume integral responsabilidade pela realização da prestação de serviços, sendo o único responsável perante o Município pela boa realização da mesma

9.4.2 O Prestador de Serviços responde nomeadamente por quaisquer erros, deficiências ou omissões no âmbito da realização da prestação, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se conseguir provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela Entidade Adjudicante.

9.4.3 Sempre que os erros, deficiências ou omissões no âmbito da realização da prestação resultem de dados fornecidos pelo Município, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.

9.4.4 Em qualquer altura e sempre que solicitado pela Entidade Adjudicante, o Prestador de Serviços obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo de 2 (dois) dias contados da referida solicitação, sob pena de esta mandar executá-los por conta do Prestador de Serviços, sempre que a responsabilidades dos mesmos lhe seja imputável.

9.4.5 As ações de supervisão e controlo dos Entidade adjudicante em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Prestador de Serviços no que se refere à realização da prestação de serviços.

9.4.6 O Prestador de Serviços responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pela entidade adjudicante, seus funcionários ou agentes, operadores ou terceiros, em consequência da prestação de serviços, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros, conforme disposto no ponto 7.3 do presente CE.

9.4.7 Se a entidade adjudicante tiverem de assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente CE, são da responsabilidade do Prestador de Serviços, este indemnizá-las-á em todas as despesas que, por esse facto e seja a que título for, tiverem que suportar, assistindo àquele Município adjudicante o direito de regresso das quantias que tiver pago ou a pagar.

9.4.8 A entidade adjudicante não responderá por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo Prestador de Serviços, salvo culpa comprovada dos funcionários ou agentes do Município Adjudicante, no exercício das respetivas funções.

9.5. Fiscalização e Controlo

9.5.1 Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente CE e demais poderes previstos no CCP, compete à entidade adjudicante fiscalizar o cumprimento dos deveres e obrigações do Prestador de Serviços impostos pelo presente CE, pelo Programa do Procedimento e pelo contrato, nomeadamente, através da fiscalização da qualidade do serviço prestado, das condições de execução e da higiene do serviço, equipamentos e pessoal.

9.5.2 Durante o período de vigência do contrato, o Prestador de Serviços obriga-se a apresentar prontamente, as informações complementares ou adicionais que lhe sejam solicitadas pela entidade adjudicante, facultando-lhes ainda o livre acesso aos documentos, instalações e atividades, objeto do presente procedimento e outros elementos de qualquer natureza, que se revelem necessários ou úteis ao exercício dos direitos e poderes do Prestador de Serviços, estando ainda obrigado a prestar os esclarecimentos que lhe sejam solicitados sobre esses mesmos elementos.

9.5.3 As determinações da entidade adjudicante emitidas ao abrigo dos seus poderes de fiscalização, são imediatamente aplicáveis e vinculam o Prestador de Serviços, devendo este proceder à correção da situação, diretamente ou através de terceiros, correndo os correspondentes custos por sua conta.

9.6. Informações Preliminares sobre os Locais de Realização dos Trabalhos da Prestação de Serviços

9.6.1 O Prestador de Serviços deverá inteirar-se das condições de realização dos trabalhos que integrarão a prestação de serviços, quer localmente, quer por outras formas que entenda por convenientes.

9.6.2 A Entidade Adjudicante não se responsabilizará por quaisquer danos que o Prestador de Serviços possa vir a sofrer e/ou quaisquer despesas em que venha a incorrer por falta ou por inexatidão de informações relativas às condições locais, salvo quando as mesmas deem origem a trabalhos que não estejam e devessem estar previstos no presente CE.

9.7. Modificação do contrato

9.7.1 O contrato pode ser modificado nos termos dos artigos 311º, 312º e 313º do Código dos Contratos Públicos.

9.7.2 Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

9.7.3 A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.

9.7.4 O contrato pode ser alterado por:

a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;

b) Decisão judicial ou arbitral;

c) Razões de interesse público.

9.7.5 Qualquer alteração ao contrato será objeto de acordo prévio das partes e apenas será válida após a aprovação expressa do órgão competente para a decisão de contratar.

9.7.6 Toda e qualquer alteração ao contrato deve constar de documento escrito assinado por ambas as partes, o qual produz efeitos a partir da data que nele se fixar, mas nunca em data anterior à da sua assinatura.

9.7.7 Para efeitos do disposto no número anterior, toda e qualquer alteração ao contrato é, sempre, objeto de adenda escrita ao mesmo, a qual será para todos os efeitos, considerada parte integrante do mesmo, prevalecendo sobre aquele naquilo em que o vier a alterar.

9.7.8 A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

9.8. Dever de informação

9.8.1 Qualquer uma das partes deve informar a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa fé e no prazo de 10 (dez) dias a contar do respetivo conhecimento.

9.8.2 Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

9.9. Comunicações e Notificações

9.9.1 As notificações entre as partes devem ser efetuadas com suficiente clareza, de modo a que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.

9.9.2 Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações, entre as partes do contrato, serão preferencialmente efetuadas através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, além de poderem ser dirigidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

9.9.3 Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

9.10. Contagem de prazos na fase de formação de contratos

9.10.1 Os prazos referidos no presente caderno de encargos, relativos aos procedimentos de formação de contratos contam-se nos termos do disposto no artigo 87º do Código de Procedimento Administrativo e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código – artigo 470º do CCP.

9.10.2 Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

9.11. Contagem dos prazos na fase de execução de contratos

9.11.1 À contagem de prazos na fase de execução do contrato são aplicáveis as seguintes regras determinadas no artigo 471º do CCP:

a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;

b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;

c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente o prazo findo no último dia desse mês;

d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

e) Considera-se que o serviço não está aberto ao público quando for concedida tolerância de ponto, total ou parcial.

9.11.2 O disposto na alínea d) do número anterior também é aplicável aos prazos que terminem em férias judiciais se o ato sujeito a prazo tiver de ser praticado em juízo.

9.12. Regime contraordenacional

Para além das sanções por incumprimento previstas no ponto 5.1. do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no artigo 456º, contraordenações graves as previstas no art.º 457º e contraordenações simples as previstas no art.º 458º, todos do CCP.

9.13. Legislação aplicável

Em tudo o que for omisso no presente caderno de encargos e seus anexos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de janeiro e Republicado pelo Anexo III ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto;

b) Código do Procedimento Administrativo;

c) E demais legislação portuguesa aplicável.

PARTE II – CONDIÇÕES TÉCNICAS

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Âmbito do procedimento

1.1.1 A presente prestação de serviços que tem por objeto principal a **Prestação de Serviços de Recolha e Transporte a destino final de Resíduos Urbanos (RU) no Concelho de Estarreja.**

1.2. Objeto do procedimento

1.2.1. O objeto da presente prestação de serviços contempla as seguintes áreas/tarefas:

- ⇨ Recolha, transporte e depósito de RU na UTMB da ERSUC, localizada em Eirol, Concelho de Aveiro ou na Estação de transferência de Estarreja.
- ⇨ Fornecimento, colocação e substituição pelo Prestador de Serviços de contentores de 240, 800, 1.000 e de 1.100 litros – Sistema DIN ou sistema Ochsner ;
- ⇨ Lavagem, desinfeção e desodorização e manutenção de contentores normalizados, sistema Ochsner, DIN e contentores semienterrados de 3.000 L e de 5. 000 L;
- ⇨ Recolha domiciliária, transporte e destino final de objetos fora de uso (recolha de Monos, e REEE);
- ⇨ Recolha, transporte a destino final de Resíduos Verdes;
- ⇨ Recolha, transporte e depósito de resíduos provenientes de descargas clandestinas (Montureiras);
- ⇨ Recolha e transporte a destino final de resíduos de construção e demolição (RCD) resultantes de obras de escassa relevância urbanística, nos termos art.º 6º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) e dos Regulamentos Municipais de Administração Urbanística (RMAU) de cada Município adjudicante;
- ⇨ Campanhas de sensibilização, no valor de pelo menos 2,5% da faturação do ano anterior por entidade adjudicante.

1.3. Definições

1.3.1. Para efeitos do presente caderno de encargos, deverá atender-se às seguintes definições:

a) **Resíduos urbanos (RU)** – os que são produzidos nas habitações, ou que embora produzidos em locais não destinados a habitação, a eles se assemelham, resíduos industriais equiparados a RU, resíduos sólidos de limpeza das áreas envolventes ao equipamento de deposição, resíduos Volumosos, monstros, resíduos equipamentos elétricos e eletrónicos, resíduos verdes urbanos resíduos de construção e demolição , resíduos de objetos fora de uso, monos, lixeiras clandestinas, montureiras e ainda pequenas quantidades de entulhos e inertes. Poderão, no entretanto, vir a ser incluídos

outros tipos de resíduos, caso venha a ocorrer alguma alteração ao Regulamento Municipal, em vigor ou na legislação atual.

b) **Resíduos Comerciais** – os que são provenientes do sector de serviços, nomeadamente os produzidos em estabelecimentos comerciais, escritórios e similares, estando incluídos nesta categoria mesmo os resíduos produzidos por um único estabelecimento comercial, desde que a sua produção diária não exceda os 1100 Litros - baldeações;

c) **Resíduos de Limpeza Pública** – os que são provenientes da limpeza pública, entendendo-se esta como o conjunto de atividades que se destinem a recolher os resíduos existentes nas vias ou outros espaços públicos;

d) **Baldeações** – aplica-se à remoção de resíduos comerciais e industriais, equiparados aos domésticos, transferências mecânicas de resíduos de cada contentor para a viatura de recolha;

e) **Resíduos Industriais Equiparados a Resíduos Urbanos** – aqueles que pela sua natureza ou composição se assemelham aos resíduos domésticos, desde que a sua produção diária não exceda os 1100 Litros;

f) **Os resíduos indiferenciados** – aqueles provenientes de limpeza de mercados, feiras, cemitérios, piscinas, parques de lazer e outros;

g) **Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos** (REEE) - são quaisquer EEE, equipamentos dependentes de corrente elétrica ou de campos eletromagnéticos para funcionarem corretamente, bem como os equipamentos para geração, transferência e medição dessas correntes e campos, e concebidos para utilização com uma tensão nominal não superior a 1000 V para corrente alterna e 1500 V para corrente contínua., que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou a obrigação de se desfazer, incluindo todos os componentes, subconjuntos e materiais consumíveis que fazem parte integrante do equipamento no momento em que este é descartado;

h) **Resíduos de Construção e Demolição (RCD) -** São os resíduos provenientes de ***obras de escassa relevância urbanística,*** nos termos art.º 6º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) e dos Regulamentos Municipais de Administração Urbanística (RMAU) de cada Município adjudicante;

i) **Resíduos Verdes (RV)** - são ramagens, relvas, ervas, podas, folhas de palmeira, troncos desde que devidamente cortados, enfardados ou ensacados, e outros semelhantes;

j) **Resíduos de objetos fora de uso (OFU) ou Monos –** consideram-se objetos que os requerentes dos Entidade adjudicante, por alguma razão já não os pretendem, móveis, colchões, sofás, alcatifas, e outros semelhantes;

k) **Resíduos Volumosos (Monstros) -** Todos os resíduos volumosos que se encontrem na área junto aos contentores;

l) **Equipamento de deposição** – contentores herméticos, normalizados de capacidade variável, destinados à deposição exclusivamente a determinadas frações de RU, contentores de superfície, contentores semienterrados, contentores enterrados e contentores de grandes dimensões;

m) **Lavagem, desinfeção e desodorização de contentores de deposição de resíduos urbanos** – lavagem por meios mecânicos e manuais do equipamento, quer na parte exterior quer no interior, mediante aplicação de produtos de higiene e limpeza, de modo a eliminar qualquer foco insalubre, incrustações de resíduos sólidos e/ou líquidos, bem como todos os maus cheiros. Nos moloks ou equiparados esta operação pressupõe a lavagem, desinfeção e desodorização do saco elevatório. Para garantir melhores resultados é obrigatório a utilização de água quente;

n) **Manutenção do equipamento de deposição de resíduos urbanos** – realização de todas as operações consideradas necessárias à manutenção de boas condições de utilização e imagem do equipamento, que poderão, de acordo com as suas caraterísticas, ser realizadas no local ou nas instalações do Prestador de Serviços;

o) **Locais de recolha adicionais** – possíveis locais, na área de cada município, onde serão colocados pelo Prestador de Serviços equipamentos de deposição destinados a algumas tipologias de resíduos, tais como monstros (Monos), resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, resíduos verdes urbanos, entulhos, resíduos de construção e demolição;

p) **Contentores de grandes dimensões** – contentores, sistema Multibenne, de 10 a 12 m³, de capacidade, a instalar pelo Prestador de Serviços, nos respetivos Entidade adjudicante, um por cada Freguesia/local, para colocação de RCD's e de verdes e que quando transportados a destino final terão que serem substituídos por outros de iguais dimensões e caraterísticas.

Quadro 1 – Quantidades de contentores

Concelho	**Resíduos**	
	RCD (Multibenne de 10 a 12m³)	VERDES (Multibenne de 10m³)
Estarreja	7 multibennes	7 multibennes

2. RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS (RU)

2.1. Serviços a executar pelo Prestador de Serviços

2.1.1. O Prestador de Serviços terá a obrigação de efetuar a recolha de RU's, em toda a área geográfica do Concelho Estarreja, depositados em contentores de superfície, através de veículos de carga traseira ou lateral em contentores normalizados, em contentores enterrados e semienterrados (tipo molok, ou outro), através de veículos com grua, nas zonas, horários, circuitos/itinerários **(constantes do Anexo I)** e através dos meios definidos no presente CE. O Prestador de Serviços pode optar por utilizar veículos que combinem carga traseira e grua num só veículo.

2.1.2. O Prestador de Serviços tem a obrigação de adquirir, fornecer e colocar sacos descartáveis de 3.000 l e 5.000l, próprios para os contentores semienterrados e enterrados tipo Molok ou outro, bem como adquirir, fornecer e colocar tampas, sacos elevatórios, com ou sem aro, de lona, polietileno, PVC impermeável (lixiviados) e acessórios afetos a esses sacos, como cordas e acessórios metálicos, fechos e pinos.

2.1.3. O Prestador de Serviços tem a obrigação de sujeitar primeiro à aprovação da Entidade Adjudicante todos os equipamentos, sacos e outros, antes da sua colocação.

2.1.4. O Prestador de Serviços tem a obrigação de, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da produção de efeitos do contrato, apresentar um estudo pormenorizado da solução proposta, no qual sejam esquematizados de forma inequívoca todos os circuitos e locais de recolha, bem como os respetivos horários, itinerários, meios humanos e materiais a disponibilizar, para que não fique excluído nenhum ponto de recolha;

2.1.5. O sistema preferencial de recolha de resíduos é o sistema de recolha por rede de contentorização.

2.1.6. O Prestador de Serviços obriga-se igualmente a recolher todos os resíduos indiferenciados provenientes de estabelecimentos de ensino, organismos públicos, serviços públicos e nos condomínios, sem encargos acrescidos, devidamente autorizados pelo respetivo Município Adjudicante, de acordo com a listagem de contentores e respetivas periodicidades a fornecer pela entidade adjudicante.

2.1.7. O Prestador de Serviços deverá garantir a boa execução dos trabalhos, contribuindo para a manutenção das boas condições de higiene públicas.

2.1.8. O Prestador de Serviços obriga-se a recolher e a transportar os resíduos comerciais e industriais, equiparados a urbanos, de empresas, devidamente autorizadas pelo Município, (chamadas Baldeações), até 1.100 litros/dia/ estabelecimento, de acordo com a listagem de empresas e respetivas periodicidades a fornecer pela Entidade Adjudicante. Nas situações em que se verifique a existência de RU em redor dos contentores, o Prestador de Serviços terá de proceder à sua remoção, sem custos adicionais, contabilizando-os por contentor e notificando o respetivo Município, junto dos respetivos estabelecimentos, da necessidade de reforço da contentorização.

2.1.9. Em **circunstâncias excecionais** (p. ex. festas, romarias, eventos, comemorações, entre outros), o Prestador de Serviços deverá prever um reforço de contentorização e um reforço dos circuitos de recolha de modo a minimizar os efeitos do aumento de produção de resíduos nesses dias. Pode dar-se o caso de terem que existir **circuitos extra, dias de descanso semanal e feriados**.

2.1.10. Os locais públicos onde se localizam os equipamentos de recolha de RU devem ficar limpos após a operação de recolha, devendo ser obrigatoriamente varridos, imediatamente após a operação de recolha, sob pena de lhe ser aplicada penalizações nesse sentido.

2.1.11. Sempre que necessário e/ou lhe seja solicitado Entidade Adjudicante, o Prestador de Serviços deverá reforçar os pontos de recolha com contentores adicionais, novos, numerados e serigrafados ou circuitos suplementares, temporária ou permanentemente, de forma a garantir que não haja deposição de resíduos no exterior dos contentores. Deverá também atualizar de imediato o cadastro e a georreferenciação desses mesmos contentores e atualizar a plataforma de gestão operacional, sob pena de lhe serem aplicadas multas contratuais.

2.1.12. Durante as operações de recolha e transporte não deverão ocorrer derrames de resíduos sólidos e/ou líquidos na via pública, e quando ocorram, deverá o Prestador de Serviços proceder á sua identificação e localização através de coordenadas georreferenciadas e comunicar à entidade Adjudicante, onde ocorreu. Os derrames deverão ser devidamente varridos, lavados e

limpos com vassouras, pás e outras ferramentas apropriadas que deverão acompanhar a viatura de recolha.

2.1.13. O transporte e deposição dos resíduos realizar-se-á no mesmo dia da recolha, sem que haja deposição noutro local, nem permaneça no interior dos veículos de transporte.

2.1.14. Não será permitida a transladação (trasfega) dos resíduos de um veículo para outro, exceto em situações previamente autorizada pela entidade adjudicante.

2.1.15. Os resíduos provenientes da recolha deverão ser transportados para a UTMB, localizada em Eirol, Concelho de Aveiro, no caso do Município de Estarreja e da Murtosa, poderá ser na Estação de Transferência de Estarreja, localizada Avenida do PACOPAR/Rua Rio Gonde - Ecoparque, freguesia de Beduído e Veiros, (adiante designada na Estação de Transferência mais próxima).

2.1.16. Aquando da deposição dos resíduos, deve o pessoal afeto à concessão sujeitar-se às normas, regulamentos e horários estabelecidos para o funcionamento do local "destino final".

2.1.17. **Os custos de deposição dos resíduos provenientes da recolha são da responsabilidade da entidade adjudicante**, devendo para o efeito, a entidade adjudicatária proceder à sua pesagem diária, conforme as normas de funcionamento da Estação de Transferência mais próxima ou da UTMB, localizada em Eirol, Concelho de Aveiro, ambos geridos pela ERSUC, S.A.

2.1.18. O Prestador de Serviços obriga-se a **pesar os RU recolhidos e disponibilizar original dos talões de pesagem** ao Município Adjudicante, para além do mapa das pesagens efetuadas durante cada um dos dias da semana ou de recolha, que deverá acompanhar a fatura.

2.1.19. O Prestador de Serviços obriga-se a efetuar 2 (duas) pesagens, um antes e outra depois da descarga no destino final.

2.1.20. Dado tratarem-se de quantidades estimadas, os concorrentes deverão efetuar os correspondentes trabalhos de campo, por forma a determinarem as quantidades exatas de contentores. A caraterização para cada Município Adjudicante, dos locais de recolha, periodicidade da mesma e destino final, assim como, o nº, o tipo, a capacidade e quantidades de contentores públicos e privados encontram-se no quadro seguinte:

Quadro nº 2 – Periodicidade de recolha de RU, por área e horário de recolha:

Concelho	Local de recolha	Periodicidade	Nº e Tipo de Contentores	Destino Final
Estarreja (estimativa do nº de habitantes – 26.997)	Área dentro do perímetro urbano **da Cidade de Estarreja e centros urbanos de todas as freguesias** (*) (De acordo com plantas anexas) **noturna**	(*) **Diária**, de 2ª a Sábado (exceto domingos) mas inclui feriados. Horário: das 22H00 às 06H00	980 + 95 (*) Normalizados de 800L e 1.100L (*) (*) Engloba os contentores previstos no ponto 3.1.8.	Estação de Transferência de Estarreja, localizada Avenida do PACOPAR/Rua Rio Gonde - Ecoparque, freguesia de Beduído, e na UTMB – Unidade de Tratamento Mecânico/Biológico -ERSUC - EIROL
	Freguesias de: **Avanca** **Beduido** (fora do perímetro da cidade) e **Veiros** **Pardilhó** **Salreu** **Canelas e Fermelã** (fora centros urbanos das Freguesias) (*) (**) (De acordo com planta anexa)	(**) **Trissemanal** (de 2.ª a sábado), exceto domingos mas inclui feriados. Horário: das 06Hoom às 24Hoom		
	Todo o concelho (moloks) **noturna**	**Trissemanal**, às 2ªs; 4.ªs e 6ªs, incluindo os feriados. Horário: das 00Hoom às 07Hoom	2 Molok de 3.000L 49 Molok de 5.000L	

(*) – *contentores privados das Indústrias e Comércios*

2.1.21. Na recolha de resíduos urbanos as equipas devem ser constituídas por um motorista e dois cantoneiros, exceto se forem adotados sistemas de recolha lateral ou outros cuja automatização da operação permita a redução dos elementos operacionais.

2.1.22. Esta prestação de serviço será entendida como um procedimento dinâmico, podendo existir, durante o desenvolvimento do contrato, alterações nos quantitativos enunciados nos mapas (como estimados) correspondentes às atividades a realizar, podendo existir aumentos ou reduções de quantidades, pelo que, o Prestador de Serviços obriga-se a realizar todas essas tarefas incluídas nos mapas de quantidades, sendo o custo resultante calculado de acordo com as quantidades efetivamente recolhidas pelo correspondente preço unitário.

2.1.23. Sempre que, em virtude de crescimentos e/ou alterações urbanísticas, houver necessidade de aumentar o n.º de contentores de superfície e aumentar a extensão do circuito de recolha, deverá o Prestador de Serviços, propor a adaptação do serviço às novas circunstâncias, dar conhecimento para aprovação aos técnicos da entidade adjudicante e, após aprovação, levar a efeito, sem acarretar custos acrescido para o respetivo Município.

2.1.24. Sempre que o município adjudicante entenda, por razões de salubridade e/ou integração urbanística substituir os contentores de superfície por contentores enterrados ou semienterrados, poderão em expensas próprias assumindo o prestador de serviços a necessária adaptação dos circuitos e equipamentos de recolha, sem que dessa alteração resulte encargos adicionados para a respetiva entidade adjudicante.

3. RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD)

3.1. Serviços a executar pelo Prestador de Serviços

3.1.1. O Prestador de Serviços procede à recolha e transporte de RCD provenientes de ***obras de escassa relevância urbanística***, nos termos art.º 6.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) e dos Regulamentos Municipais de Administração Urbanística (RMAU) de cada Município Adjudicante.

3.1.2. O Prestador de Serviços tem como obrigação recolher e transportar os RCD, depositados juntos dos equipamentos de deposição ou num raio correspondente a 10 metros destes equipamentos.

3.1.3. A recolha de RCD engloba a recolha dos resíduos provenientes de obras particulares isentas de licença e não submetidas a comunicação prévia.

3.1.4. O serviço será realizado através de marcação prévia com os munícipes, que no pedido efetuado devem identificar-se, identificar o local de residência, identificar o local das obras, o seu contacto, e combinar as condições do acondicionamento dos resíduos em causa, para que seja realizada a confirmação do pedido.

3.1.5. A recolha de resíduos de "RCD" será efetuada pela empresa adjudicatária, desde que não exceda 2 m3 por produtor e no máximo 1 (uma) vez por semana.

3.1.6. Os circuitos de recolha de RCD deverão ser os adequados em conformidade com as marcações dos munícipes, registadas pela entidade adjudicante (transmitidas por esta ao Prestador de Serviços), sendo recolhidos os "RCD" (nos bigbags) junto do passeio da habitação dos munícipes que solicitaram o serviço.

3.1.7. O Prestador de Serviços fica obrigado a adquirir e instalar Contentores de grandes dimensões, Multibennes de 10 a 12m3, em instalações da entidade adjudicante para recolher RCD´s, devidamente acondicionados em BigBag´s de 1m3, para posterior encaminhamento a destino final, transportando-os para as instalações de um operador devidamente licenciado para o efeito e se possível dentro da área geográfica de cada concelho.

3.1.8. Quando os resíduos a remover se encontrem agregados com outros passíveis de reciclagem, o Prestador de Serviços procede à sua devida separação, de forma a serem encaminhados para reciclagem, conforme procedimentos da UTMB da ERSUC, localizada em Eirol, Concelho de Aveiro.

3.1.9. Sempre que o Prestador de Serviços identifique um qualquer local em que foram realizadas descargas clandestinas de resíduos deve informar o respetivo município adjudicante, no prazo máximo de 24 horas, indicando a morada do local de ocorrência e as respetivas coordenadas de georreferenciação, de modo a que sejam desencadeados os processos de contravenção adequados.

3.1.10. O Prestador de Serviços tem como obrigação recolher e transportar os resíduos de descargas clandestinas observando as seguintes condições gerais:

a) Após comunicação escrita pela Entidade Adjudicante, deve o Prestador de Serviços verificar as condições locais e identificar a tipologia de resíduos presentes de modo a destacar uma equipa e os meios necessários e suficientes para proceder a uma adequada limpeza do local;

b) Sempre que possível, dever-se-á proceder a uma recolha seletiva de resíduos valorizáveis no local e deverão ser tomadas todas as medidas necessárias de modo a minimizar os impactes decorrentes da descarga clandestina dos resíduos;

c) Os resíduos recolhidos deverão ser enviados para a Estação de Transferência ou Aterro mais próximo;

d) O início da operação de recolha e transporte de resíduos deverá ser realizada no prazo mais curto possível, sempre inferior a 48 horas, a contar do momento de receção do pedido para execução do serviço;

e) O local deverá ficar completamente limpo de resíduos depositados clandestinamente;

f) As situações descritas poderão ser acompanhadas pelas autoridades de segurança e/ou pelo Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), sempre que seja necessário ou quando os serviços técnicos do Município assim o entendam.

3.1.11. O Prestador de Serviços deve empreender ações que promovam a minimização de descargas clandestinas de resíduos, como a aquisição e colocação de placas a "proibir depósito de Lixo".

3.1.12. Compete ao Prestador de Serviços possuir todas as licenças e autorizações necessárias à prestação do serviço.

3.1.13. No local de destino final dos RCD, os condutores das viaturas de transporte deverão sujeitar-se às normas estabelecidas para o funcionamento e exploração, cumprindo as indicações de serviço que aí forem transmitidas pelos responsáveis.

Quadro nº 3 – Periodicidade de recolha de RCD:

Concelho	Periodicidade	Descarga RCD
ESTARREJA	Mediante as inscrições (máximo uma vez por semana) no horário das 07H30m até às 18h00m.	Em operadores licenciados pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

3.1.14. O Prestador de Serviços deverá elaborar e manter ficheiros informatizados, com fornecimento mensal ao adjudicante, a entregar até dia 5 mês seguinte, ou quando solicitado pelo Município adjudicante, nos quais constem as quantidades mensais de resíduos recolhidos e transportados, explicitando o tipo de "RCD" recolhidos, sua localização e áreas/locais de recolha, bem como as situações anómalas identificadas.

3.1.15. O Prestador de Serviços está obrigado a apresentar, mensalmente e até dia 5 do mês seguinte, um relatório com os indicadores referentes às pesagens recolhidas e entrega de cópia

da e-Gar respetiva, devidamente preenchida, corrigida e aceite, bem como a Guia de Acompanhamento de RCD´s e respetivo Certificado de receção e tratamento desses RCD´s.

3.1.16. O pagamento do tratamento desses RCD´s será a expensas da entidade adjudicante. O Prestador de Serviços obriga-se a efetuar 2 (duas) pesagens, uma antes e outra depois da descarga no destino final e entregar os respetivos talões de pesagem cada município adjudicante.

3.1.17. Junto com os talões de pesagem, o Prestador de Serviços deverá, igualmente, entregar cópias da Guia de acompanhamento e do respetivo Certificado de receção e tratamento desses resíduos, para posterior conferência da fatura, em nome do Município adjudicante.

4. RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS VERDES (RV)

4.1. Serviços a executar pelo Prestador de Serviços

4.1.1. O Prestador de Serviços tem como obrigação efetuar a recolha de resíduos verdes colocados junto a equipamentos de deposição ou em qualquer outro local na via pública.

4.1.2. O Prestador de Serviços fica obrigado à remoção dos resíduos junto dos contentores, no prazo máximo de 24 horas, após ter sido comunicado pelos serviços técnicos da entidade adjudicante.

4.1.3. O Prestador de Serviços fica obrigado à recolha "porta a porta" nas habitações e ao respetivo transporte dos RV provenientes daquelas habitações, devendo os RV serem depositados pelo munícipe em local acessível, sempre que possível na parte frontal do prédio onde habitualmente é realizada a sua recolha.

4.1.4. Os circuitos de recolha de resíduos verdes, deverão ser os adequados em conformidade com as marcações, onde será indicado o local, contacto, tipologia dos resíduos, devidamente ensacados ou enfardados e a quantidade estimada.

4.1.5. A recolha deste tipo de resíduos deverá ser realizada através de viaturas adequadas para o efeito.

4.1.6. O Prestador de Serviços deverá elaborar e manter atualizados ficheiros na Plataforma Web e Mobile dos locais e das recolhas efetuadas e tipo de resíduos recolhidos para poderem ser consultadas pela entidade adjudicante.

4.1.7. Os resíduos a recolher são ramagens, relvas, ervas, podas, folhas de palmeira, troncos desde que devidamente cortados, enfardados ou ensacados.

4.1.8. Não serão alvo de recolha os resíduos verdes que se encontrarem com materiais contaminantes.

4.1.9. O Prestador de Serviços está obrigado a apresentar, mensalmente e na primeira semana do mês seguinte, um relatório com os indicadores referentes às pesagens.

4.1.10. Compete ao Prestador de Serviços possuir todas as licenças e autorizações necessárias à prestação do serviço.

4.1.11. O Prestador de Serviços deverá indicar o destino final dos RV, sendo os custos da recolha, transporte, entrega para depósito em destino final, bem como os custos do tratamento, da exclusiva responsabilidade do Prestador de Serviços.

4.1.12. No local de destino final dos RV, os condutores das viaturas de transporte deverão sujeitar-se às normas estabelecidas para o funcionamento e exploração, cumprindo as indicações de serviço que aí forem transmitidas pelos responsáveis.

Quadro nº 4 – Periocidade de recolha de RV, ao domicílio:

Concelho	Periodicidade	Descarga de Resíduos Verdes (RV)
ESTARREJA	Todos os meses – 2.ª semana completa de cada mês Mediante as inscrições entre as 08h e as 18h.	Operadores licenciados pela Agência Portuguesa do Ambiente

5. RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÓNICOS (REEE)

5.1.1. O Prestador de Serviços tem como obrigação efetuar a recolha de REEE colocados junto aos equipamentos de deposição num raio de 10 metros, ou em qualquer outro local na via pública e ainda nos locais referenciados pela entidade adjudicante, ou referenciado pelos Entidade adjudicante, no prazo de 24 horas.

5.1.2. O Prestador de Serviços fica obrigado à remoção dos resíduos junto dos contentores, no prazo máximo de 1 (um) dia, após ter sido comunicado pelos serviços técnicos dos Entidade adjudicante.

5.1.3. Os REEE recolhidos serão transportados para os pontos de receção de REEE, que serão CITVRSU de Aveiro – Eirol para os Municípios de Estarreja, Águeda e Murtosa ou no caso do Município de Sever do Vouga no Ecocentro Municipal.

5.1.4. A recolha de REEE ao domicílio, será efetuada 1 (uma) vez por mês e mediante lista enviada por cada Município com as inscrições/solicitações dos requerentes.

5.1.5. A recolha dos REEE deverá ser efetuada com o cuidado necessário de modo a que não ocorra derrame de resíduos nem libertação de gases (GEE) para a atmosfera, sendo que o Prestador de Serviços será responsável pela recolha dos resíduos espalhados e pela limpeza do local, num prazo máximo de 2 horas, caso se verifique tal ocorrência.

5.1.6. Na eventualidade da ocorrência de derrame de resíduos, o Prestador de Serviços deverá, no prazo de 1 hora, informar os respetivos Entidade adjudicante, identificando o local de ocorrência e qualquer outra informação relevante e fornecendo as coordenadas de georreferenciação do local, procedendo à resolução do problema e no prazo estabelecido, devendo, no prazo de 24 horas, entregar um relatório detalhado da situação ocorrida e das medidas implementadas.

5.1.7. Mensalmente, ou quando solicitado pelos respetivos Entidade adjudicante, o Prestador de Serviços apresentará relatórios com tratamento da informação relativa à remoção e transporte de REEE, bem como as situações anómalas identificadas.

5.1.8. No local de destino final dos REEE's, os condutores das viaturas de transporte deverão sujeitar-se às normas estabelecidas para o funcionamento e exploração, cumprindo as indicações de serviço que aí forem transmitidas pelos responsáveis.

6. RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS VOLUMOSOS (MONSTROS)

6.1. Serviços a executar pelo Prestador de Serviços

6.1.1. O Prestador de Serviços tem como obrigação efetuar a recolha dos Monstros colocados junto a equipamentos de deposição num raio de 10 metros, ou em qualquer outro local na via pública e ainda nos locais referenciados pelos técnicos dos Entidade adjudicante.

6.1.2. O Prestador de Serviços fica obrigado à remoção dos resíduos junto dos contentores, no prazo máximo de 1 hora, após comunicação dos técnicos dos Entidade adjudicante.

6.1.3. Os Monstros recolhidos serão transportados, no imediato, para o Aterro – CITVRSU de Aveiro- Eirol.

6.1.4. Mensalmente, o Prestador de Serviços apresentará relatórios, com tratamento da informação relativa à remoção e transporte de monstros, bem como as situações anómalas identificadas.

6.1.5. No local de destino final dos Resíduos Volumosos (Monstros), os condutores das viaturas de transporte deverão sujeitar-se às normas estabelecidas para o funcionamento e exploração, cumprindo as indicações de serviço que aí forem transmitidas pelos responsáveis.

7. RECOLHA E TRANSPORTE DE OBJETOS FORA DE USO (OFU) OU MONOS

7.1. Serviços a executar pelo Prestador de Serviços

7.1.1. O Prestador de Serviços fica obrigado à remoção dos resíduos junto dos contentores, no prazo máximo de 24 horas, após ter sido comunicado pelos serviços técnicos da entidade adjudicante.

7.1.2. O Prestador de Serviços fica obrigado à recolha "porta a porta" nas habitações e ao respetivo transporte dos OFU ou Monos provenientes daquelas habitações, devendo os OFU ser depositados pelo munícipe em local acessível, sempre que possível na parte frontal do prédio onde habitualmente é realizada a sua recolha.

7.1.3. Os circuitos de recolha OFU deverão ser os adequados em conformidade com as marcações, onde será indicado o local, contacto, tipologia dos resíduos e quantidade estimada.

7.1.4. A recolha deste tipo de resíduos deverá ser realizada através de viaturas adequadas para o efeito.

7.1.5. Os resíduos a recolher são OFU ou monos, móveis, colchões, sofás, alcatifas, e outros semelhantes.

7.1.6. O Prestador de Serviços está obrigado a apresentar, mensalmente e na primeira semana do mês seguinte, um relatório com os indicadores referentes às pesagens.

7.1.7. Compete ao Prestador de Serviços possuir todas as licenças e autorizações necessárias à prestação do serviço.

7.1.8. No local de destino final dos OFU monos, os condutores das viaturas de transporte deverão sujeitar-se às normas estabelecidas para o funcionamento e exploração, cumprindo as indicações de serviço que aí forem transmitidas pelos responsáveis.

7.1.9. No local de destino final dos Resíduos OFU ou monos, os condutores das viaturas de transporte deverão sujeitar-se às normas estabelecidas para o funcionamento e exploração, cumprindo as indicações de serviço que aí forem transmitidas pelos responsáveis.

Quadro nº 5 – Periodicidade e horário para recolha de OFU:

Concelho	Periodicidade	Descarga de Objetos Fora de Uso ou Monos
ESTARREJA	Todos os meses – 2.ª semana completa de cada mês Mediante as inscrições entre as 08h e as 18h.	Operadores licenciados pela Agência Portuguesa do Ambiente

8. RECOLHA DE RESÍDUOS PROVENIENTES DE DESCARGAS CLANDESTINAS (MONTUREIRAS)

8.1. Serviços a executar pelo Prestador de Serviços

8.1.1. Sempre que solicitado pela entidade adjudicante, por recurso aos meios mais céleres de comunicação, designadamente telemóvel ou o correio eletrónico, o Prestador de Serviços deverá, no prazo de 48 horas, efetuar a limpeza dos locais públicos ou privados onde se encontrem depositados resíduos provenientes de descargas clandestinas, recolhendo e transportando os resíduos aí depositados integrados na definição de RU, sob pena de serem acionadas as penalidades contratuais.

8.1.2. Os resíduos recolhidos são encaminhados para a UTMB da ERSUC, localizada em Eirol, Concelho de Aveiro.

8.1.3. Os custos de deposição dos resíduos provenientes da referida recolha são da responsabilidade do Prestador de Serviços, devendo para o efeito, a empresa adjudicatária proceder à sua pesagem, na UTMB, localizada em Eirol, Concelho de Aveiro, ambos geridos pela ERSUC, S.A.

9. LAVAGEM, DESINFEÇÃO E DESODORIZAÇÃO DE CONTENTORES DE RSU

9.1. Serviços a executar pelo Prestador de Serviços

9.1.1. O Prestador de Serviços obriga-se a proceder à lavagem, desinfeção e desodorização de todos os contentores de recolha de resíduos urbanos indiferenciados existentes nos Concelhos da entidade adjudicante, incluindo partes exteriores e interiores de contentores enterrados, bem como os respetivos sacos de elevação.

9.1.2. A lavagem, desinfeção e desodorização terá que ser efetuada, tanto exterior como interiormente em todos os contentores de RU (Norma DIN e Ochsner, semi-enterrados), existentes na área de intervenção da Entidade adjudicante e que venham a ser instalados, com recurso a viaturas lava–contentores, produtos químicos com compatibilidade ambiental, e de acordo a figura nº 1 e quadro nº 6, sob pena de serem acionadas as penalidades contratuais.

9.1.3. Toda o consumo de água necessário para realização das operações de lavagem e desinfeção dos contentores é da responsabilidade do Prestador de Serviços, (caso seja com uma

entidade fornecedora deverá apresentar cópia do contrato efetuado para esse efeito) obrigando-se este a informar do local de abastecimento, bem como das alterações que possam ocorrer durante a prestação de serviços.

9.1.4. O destino final, legalmente aceite das águas residuais provenientes da lavagem e desinfeção dos contentores é da responsabilidade do Prestador de Serviços, bem como todos os custos inerentes, (caso seja com uma entidade recetora deverá apresentar cópia desse contrato) obrigando-se este a informar do local de descarga dessas águas, bem como alterações que possam ocorrer durante a prestação de serviços. Deverá o Prestador de Serviços entregar comprovativo, com data, hora e quantidade, dessa descarga.

9.1.5. O Prestador de Serviços terá obrigatoriamente de colocar um autocolante visível, em cada contentor lavado/desinfetado/desodorização, após aprovação dos técnicos dos Entidade adjudicante, que evidenciem em qualquer altura as datas das 2 (duas) últimas lavagens – devidamente legível e com tinta do preenchimento que perdure no tempo, por exemplo:

EXEMPLO DE AUTOCOLANTE a fixar em todos os contentores lavados, desinfetados e desodorizados:

Figura nº1

MUNICÍPIO DE .....

Telefone:

Contentor lavado e desinfetado pela

(empresa adjudicatária) **em:**

Data: **(dia/mês/ano)**

e

(dia/mês/ano)

(**incluir slogan e imagem que apela ao acondicionamento dos resíduos)**

Fundo branco, letras e imagens a várias cores, de acordo com os técnicos de cada Município.
Medidas 16x12 cm

9.1.6. O Prestador de Serviços deverá obrigatoriamente entregar um Plano de lavagem/desinfeção/desodorização, com a respetiva programação e calendarização, definindo sempre os equipamentos e os meios humanos adstritos a essa tarefa, para aprovação dos técnicos dos Entidade adjudicante. Deverá o Prestador de Serviços o referido Plano no prazo de um mês a contar do início do contrato. Se não o fizer incute em incumprimento e conta prazos sob pena de serem acionadas as penalidades contratuais.

9.1.7. O Prestador de Serviços em caso de incumprimento e da aplicação das penas contratuais ficará sempre obrigado, mesmo após o incumprimento, a efetuar/entregar novo Plano de lavagem/desinfeção/desodorização a cada Município Adjudicante.

9.1.8. Em caso de demora do definido no ponto 5.1.9., da Parte I – Cláusulas Gerais exceder as 72 horas, a Entidade adjudicante poderão contratar serviços externos que substituirão a

empresa adjudicatária e a expensas da mesma, usando para esse efeito o valor da caução, ou descontando esse valor na fatura apresentada respeitante ao mês em causa.

9.1.9. O Prestador de Serviços, 5 (cinco) dias antes da realização do plano de lavagens, deverá comunicar aos técnicos dos Entidade adjudicante, por onde irão iniciar o cumprimento do plano de lavagens, hora de início, rua, circuito, freguesia, para ser efetuada a respetiva Fiscalização.

9.1.10. A lavagem de cada contentor deverá ser feita no local onde este se encontra, devendo o espaço envolvente ficar devidamente limpo de resíduos e escorrências, lavando e desinfetando também a área envolvente ao contentor.

9.1.11. Sempre que os contentores apresentem um grau de sujidade acentuado, deverá ser efetuada uma pré-lavagem manual.

9.1.12. Na lavagem dos contentores enterrados e semienterrados, deverá ser utilizada água a alta pressão. Esta lavagem deverá ser efetuada exterior e interiormente, incluindo os sacos elevatórios de lona/PVC utilizado neste tipo de contentor. A lavagem deverá ser acompanhada por camião cisterna de modo a garantir a aspiração das águas sujas.

Quadro n.º 6 – Periodicidade de lavagem/desinfeção/desodorização dos equipamentos:

Concelho	Nº e Tipo de equipamento existentes	Periodicidade	Infraestruturas
Estarreja	956 de 800L (*) 2 semienterrados de 3.000L 49 semienterrados de 5.000L (*)Este valor é meramente indicativo e exclui os contentores das empresas	**Bimestral,** salvo junho a agosto, inclusive, cuja frequência será mensal, nas áreas assinaladas nas plantas do **perímetro da Cidade de Estarreja e dos Centros Cívicos das Freguesia** Horário das 07h às 20h00 horas.	Abastecimento água – a cargo do Prestador de Serviços Descarga águas residuais – a cargo do Prestador de Serviços

Exemplo: Município de Estarreja

Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
	Não lavar	Lavar	Não lavar	Lavar	Não lavar	Lavar	Lavar	Lavar	Não lavar	lavar	Não lavar	lavar
						obrigatório						

10. FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONTENTORES DE RU

10.1. Serviços a executar pelo Prestador de Serviços

10.1.1. O Prestador de Serviços obriga-se a manter todos os contentores da área de intervenção, em perfeito estado de conservação, funcionamento, higiene e segurança, procedendo à sua reparação ou substituição sempre que seja necessário e em todas as situações solicitadas pela

entidade adjudicante, (conta prazos a partir do envio do email) sob pena de serem acionadas as penalidades contratuais.

10.1.2. O Prestador de Serviços deverá proceder à reparação ou substituição de todos os contentores danificados, fruto do desgaste, mau manuseamento, atos de vandalismo ou acidentes.

10.1.3. Todos os contentores deverão apresentar-se em bom estado de conservação e funcionamento. Para tal não se deve verificar nenhuma das seguintes situações: cuba, corpo de contentor, rodas, tampas, pivots ou asas, partidos e/ou danificados.

10.1.4. As caraterísticas dos contentores, cor, capacidade, material e caraterísticas geométricas devem ser previamente aprovadas pela entidade adjudicante.

10.1.5. O fornecimento e colocação de novos contentores previstos no presente CE deverá ser numerada, datada e registada em mapa próprio. A numeração dos contentores deverá ser gravada de 1 até ao nº total de contentores da entidade adjudicante. Esta numeração deverá conter os seguintes elementos: nº, o ano de colocação, o município e a freguesia de acordo com o seguinte exemplo: *001/2019 _ Estarreja/Avanca*.

10.1.6. O Prestador de Serviços é ainda responsável pelo reforço da capacidade de contentorização existente (sistema DIN ou Ochsner), sempre que solicitado pela entidade adjudicante, bem como a manutenção da sua funcionalidade e limpeza.

10.1.7. A obrigação de manutenção dos contentores é permanente e implica para o Prestador de Serviços a obrigação de que os contentores existentes na via pública estejam em todas as alturas em boas condições de conservação, funcionamento, higiene e de segurança, devendo os mesmos serem substituídos por equipamentos novos quando o seu estado não obedeça ás regras impostas, seja por degradação decorrente de uso ou outro, sob pena de serem acionadas as penalidades contratuais. Os contentores necessários são adquiridos, fornecidos e colocados pelo Prestador de Serviços, (não são aceites contentores dos outros Municípios).

10.1.8. Para além da gravação do registo numérico por contentor deverá o Prestador de Serviços identificar cada contentor com o logotipo do Município Adjudicante e o logotipo da empresa.

10.1.9. O Prestador de Serviços deverá proceder ao reforço de contentores existentes sempre que necessário, por solicitação da entidade adjudicante, nomeadamente para eventos/datas esporádicas, sendo que o reforço de contentores por iniciativa do Prestador de Serviços deve ser precedido de aprovação pela entidade adjudicante.

10.1.10. O Prestador de Serviços deverá realizar um inventário de todos os contentores existentes na área de intervenção, georreferenciando-os, levantamento este que deverá estar permanentemente atualizado e disponível para a entidade adjudicante, em estreita interação com o SIGIG de cada Município, de acordo com o descrito no ponto 2.1.2 sob pena de lhe serem acionadas as penalidades contratuais.

10.1.11. O Prestador de Serviços deverá garantir condições de acondicionamento e proteção dos contentores, de modo a que estes permaneçam nos seus respetivos locais, sem quaisquer riscos para os utentes da via pública. Devem ser colocados sistemas de fixação (resguardos/fixadores) nos contentores, em zonas com declive ou em situações em que possam ser facilmente deslocados e/ou virados pelo vento, sob pena de que qualquer acidente devidamente

comprovado (através de auto da GNR ou testemunhas) e os danos causados a terceiros, dai decorrentes serem da sua inteira responsabilidade.

10.1.12. A aquisição dos resguardos/fixadores bem como a sua colocação, com a devidamente autorização da entidade adjudicante, fica a cargo do Prestador de Serviços, o qual é responsável por quaisquer danos provocados a pessoas ou bens derivados da falta ou da colocação deficiente dos resguardos/fixadores, assim como os danos decorrentes d incorreta utilização, fixação e travagem dos mesmos.

10.1.13. Os locais onde se localizam os contentores devem ser mantidos impecavelmente limpos.

10.1.14. Os contentores depois de vazios deverão ser recolocados na mesma posição, devidamente fechados, travados e presos aos respetivos fixadores se for caso disso.

10.1.15. Sempre que os Prestador de Serviços verifiquem a necessidade de alterar a localização de um contentor devido à impossibilidade de recolha ou outra razão devidamente fundamentada, deverá comunicar à entidade adjudicante e em caso de aprovação das mesmas, deverá comunicar a(s) alteração(ões) aos munícipes.

10.1.16. Deverão ser fornecidos sacos descartáveis, sacos elevatórios específicos e equipamento de suporte à elevação, para os contentores semienterrados (tipo Molok ou equiparado).

10.1.17. O Prestador de Serviços deverá proceder a intervenções de conservação e manutenção em todos os equipamentos de deposição de resíduos, seis meses após a substituição de cada contentor, de modo a manter o equipamento sempre operacional e em boas condições higiénico-sanitárias.

10.1.18. No final do contrato, os contentores existentes à data, bem como todos os equipamentos de fixação, revertem gratuitamente para a Entidade Adjudicante.

11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE SERVIÇO – REPORTE DE INDICADORES À ERSAR

11.1.1. O Prestador de Serviços deverá preencher, até ao dia 10 de março de cada ano e relativamente ao ano anterior, os ficheiros com informação que permita à entidade adjudicante fazer o reporte dos indicadores de qualidade do serviço de gestão de resíduos urbanos à ERSAR, nomeadamente:

dRU13ab	Pessoal afeto ao serviço de gestão de resíduos (n.º)
dRU14ab	Pessoal em outsourcing afeto ao serviço de gestão de resíduos (n.º)
dRU15b	Alojamentos com serviço de recolha indiferenciada (n.º)
dRU17ab	Alojamentos existentes (n.º)
dRU30b	Capacidade instalada de contentores (m3)
dRU32ab	Índice de conhecimento de ativos físicos (-)
dRU33ab	Resíduos urbanos recolhidos (t/ano)
dRU34ab	Resíduos urbanos recolhidos pela entidade gestora (t/ano)

dRU35b	Resíduos urbanos recolhidos indiferenciadamente (t/ano)
dRU55b	Contentores de superfície para deposição indiferenciada (n.º/ano)
dRU57b	Contentores subterrâneos para deposição indiferenciada (n.º/ano)
dRU59b	Lavagem de contentores de superfície para deposição indiferenciada (n.º/ano)
dRU61b	Lavagem de contentores subterrâneos para deposição indiferenciada (n.º/ano)
dRU62ab	Quilómetros percorridos pelas viaturas de recolha (km)
dRU64b	Viaturas afetas à recolha indiferenciada (n.º)
dRU66b	Capacidade instalada de viaturas de recolha de resíduos (m3/ano)
dRU68b	Emissões de CO2 das viaturas de recolha indiferenciada (kg CO2)
dRU70b	Combustível consumido pela recolha indiferenciada (tep/ano)

11.1.2. Esses ficheiros, após serem disponibilizados na plataforma da ERSAR, serão remetidos ao Prestador de Serviços, por cada Município adjudicante para o preenchimento e envio dentro da data acima referida.

12. PESSOAL E FARDAMENTO

12.1. São da exclusiva responsabilidade do Prestador de Serviços as obrigações relativas ao pessoal afeto à prestação de serviços, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

12.2. O Prestador de Serviços deverá conferir a direção técnica da prestação de serviços objeto deste contrato a um técnico com formação superior na área da Engenharia do Ambiente, inscrito em Ordem Profissional.

12.3. Após a assinatura do contrato e antes do "auto de consignação", o Prestador de Serviços informará, por escrito, o nome do responsável técnico da prestação de serviços, indicando a sua qualificação técnica, anos de serviço e Curriculum Vitae.

12.4. A coordenação das Equipas de Trabalho será da responsabilidade da Direção Técnica do Prestador de Serviços, em articulação com a fiscalização do Município Adjudicante.

12.5. Compete ao Prestador de Serviços o fornecimento de fardamento adequado, de acordo com todas as normas impostas pela legislação em vigor para a higiene e segurança no trabalho, em função de cada serviço a que esteja afeto, bem como a respetiva identificação, em local visível com o logótipo de cada uma da entidade adjudicante (para respetiva área geográfica) e do Prestador de Serviços.

12.6. É obrigatório a utilização de Equipamentos de Proteção Individual de acordo com todas as normas impostas pela legislação em vigor para a higiene e segurança no trabalho, em função das operações a executar.

12.7. O concorrente deverá indicar na sua proposta o contrato coletivo de trabalho que se aplicará à prestação de serviços.

12.8. O Prestador de Serviços fica obrigado a respeitar e cumprir o seguinte:

a) No caso dos trabalhadores abrangerem o regime noturno, deve o Prestador de Serviços cumprir o disposto na lei relativamente à remuneração para trabalho noturno dos trabalhadores;

b) Garantir regime de férias aplicável nos termos da legislação;

c) Garantir e manter a proteção social dos trabalhadores (Segurança Social);

d) Garantir a legislação aplicável relativa ao número de horas semanais;

e) Garantir os seguros de trabalho aplicáveis bem como respeitar as normas de higiene e segurança no trabalho.

12.9. O adjudicatário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com todas disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal afeto e prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente de trabalho.

12.10. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de, a qualquer momento, solicitar ao adjudicatário a apresentação dos comprovativos das apólices de seguro de acidentes no trabalho relativamente ao pessoal afeto à prestação de serviços.

13. EQUIPAMENTOS E VIATURAS

13.1. Os concorrentes deverão apresentar nas suas propostas, todo o equipamento que pretendem afetar à prestação de serviços, nomeadamente, veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas e outros, com especificação de todas as características técnicas incluindo os catálogos, indicação de quantidades de acordo com os mínimos obrigatórios do quadro nº7 do presente CE.

13.2. Constitui encargo do Prestador de Serviços o fornecimento e utilização das máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas e todo o material indispensável a boa execução dos serviços, nas condições estabelecidas na legislação aplicável.

13.3. As viaturas lava-contentores deverão ser veículos próprios para o efeito a que se destinam, lavagem interna e externa de contentores de 120 a 1.100 litros, e lavagem interna e externa de contentores semienterrados e enterrados. A viatura e o equipamento de apoio à lavagem mecânica, deverão ter um funcionamento silencioso e não poluente, possuir luz rotativa amarela para assinalar a marcha e dimensão adequada aos locais onde irão ser prestados os serviços de lavagem e limpeza. Terão que ter capacidade adequada aos serviços a prestar. No interior da cuba decorre o ciclo de lavagem com recurso a um produto de desinfeção e a jatos de água de alta pressão, com temperatura regulável até 100º C.

13.4. A lavagem do interior dos contentores será feita através de cabeças de lavagem com aspersores de alta pressão, que se elevam e que executam movimentos de rotação e translação, enquanto a lavagem externa será feita por intermédio de uma barra móvel dotada também de aspersores de alta pressão.

13.5. Pelo menos uma das viaturas lava-contentores terá que incluir bomba de aspiração e grua e ainda um sistema de lavagem por carretel, mangueira e pistola de alta pressão, que permite lavar não só a zona circundante dos contentores de superfície, semienterrados e enterrados.

13.6. As viaturas de recolha deverão ser veículos especiais de carga, adequados ao fim a que se destinam e possuírem as seguintes características técnicas:

a) Caixa de recolha terá que ser 100% estanque, sem permitir a entrada de águas no interior da caixa de resíduos, para não aumentar os lixiviados;

b) Devem possuir superfícies exteriores absolutamente lisas, sem nervuras e ou soldaduras, permitindo uma fácil lavagem e evitando pontos de acumulação de águas e detritos;

c) Funcionamento silencioso de acordo com o Regulamento Geral do Ruído;

d) Espaços que permitam colocação, em segurança, de equipamentos (pá vassoura, etc), para serem usados na limpeza inevitável e urgente dos espaços em volta dos contentores e em caso de necessidade, derrames de lixo na via publica;

13.7. As viaturas de recolha devem manter-se em bom estado de conservação, com bom aspeto e isentas de maus cheiros, devendo ser sujeitas a assistência mecânica adequada, devidamente lavadas e desinfetadas após cada dia de utilização.

13.8. O Prestador de Serviços deverá fornecer atempadamente à entidade adjudicante a relação das matrículas das viaturas afetas à recolha de RU, lavagem de contentores e viaturas de caixa aberta, relativas a cada concelho.

13.9. O Prestador de Serviços deverá efetuar a manutenção e conservação dos equipamentos de recolha e transporte e proceder, diariamente, à limpeza dos camiões e outros equipamentos de transporte de resíduos.

13.10. O Prestador de Serviços deve informar a entidade adjudicante quando se verifique a avaria de qualquer veículo ou equipamento, bem como da sua substituição. O equipamento de substituição pontual ou duradoura, nunca poderá ser de ano de fabrico anterior ao do equipamento avariado (ao do que foi substituído), devendo cumprir todas as demais características aprovadas.

13.11. Deve o Prestador de Serviços indicar as viaturas a utilizar e os respetivos dados técnicos com acompanhamento de respetivos catálogos, de acordo com a função a desempenhar. O Prestador de Serviços deve dispor, no início do contrato, de veículos, máquinas, equipamentos e ferramentas necessários à realização dos trabalhos, devendo os veículos de recolha do lixo e veículos lava-contentores, serem concebidos para as funções que devem realizar e adaptados às características das zonas onde devem circular (largura das ruas, pendentes, etc.) para que se consiga o máximo rendimento.

13.12. Deverá constar em todas as viaturas afetas a esta prestação de serviços, o número contacto indicado para apoio aos munícipes bem como mensagens alusivas à gestão de RU.

13.13. O Prestador de Serviços deve ter em consideração os seguintes cuidados ambientais

a) Todas as viaturas, máquinas e equipamentos, deverão circular em perfeito estado de conservação e limpeza, devidamente identificadas com o logótipo do Prestador de Serviços e dos Entidade adjudicante onde efetuam o serviço, nas portas ou em sítios visíveis;

b) Todas as viaturas, máquinas e equipamentos ficam sujeitas a transitar, com mensagens de informação, divulgação, sensibilização e educação ambiental;

c) Periodicamente, o Prestador de Serviços procederá à revisão de todo o material (viaturas, máquinas, equipamentos e ferramentas) adstrito à prestação de serviços, sendo dada baixa às unidades que não reúnam as devidas condições de funcionamento, substituindo-as por material novo;

d) O Prestador de Serviços é obrigado, a suas expensas, a proceder ao aluguer de equipamento (veículos de recolha, veículos lava contentores, cisternas, veículos pesados e outros), para utilização provisória em caso de avaria ou qualquer outra situação, que o impeça de cumprir a prestação de serviços com as caraterísticas especificas no presente CE, sem atrasos nas tarefas, **sob pena de lhe ser aplicadas multas contratuais e em caso de demora que exceda as 72 horas os Municípios adjudicante contratarão serviços de substituição às custas do Prestador de Serviços;**

e) Todas as viaturas, máquinas, equipamentos e ferramentas deverão ser limpas e desinfetadas ao finalizarem os trabalhos diários, a fim de que no dia seguinte ao entrarem de novo em serviço, **se apresentem com aspeto de limpeza e asseio**;

f) Todas as viaturas, máquinas, equipamento e ferramentas, devem estar em perfeitas condições de funcionamento, quer mecanicamente, quer a nível de pintura, sinalização e sistema de segurança;

g) A aquisição de todo o material móvel necessário à realização das atividades constantes da prestação (viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas, utensílios e restantes produtos) é da conta e encargo do Prestador de Serviços, assim como, todos os gastos de manutenção e de conservação em perfeito estado de funcionamento, durante o período de vigência do contrato;

h) As viaturas de recolha devem fazer o percurso com as comportas devidamente fechadas, de forma a evitar o derrame de sólidos ou líquidos na via pública;

i) Todos os veículos de lavagem e de recolha devem estacionar/parar de forma a não obstruírem o trânsito na via pública e respeitando as normas reguladoras do tráfego.

14. GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

14.1.1. As reclamações ou solicitações recebidas nos Entidade adjudicante serão de imediato enviadas para o Prestador de Serviços, que no prazo máximo de 3 (três) dias, enviará uma resposta ao requerente, com conhecimento aos técnicos dos Entidade adjudicante, sobre a resolução da situação objeto de reclamação e/ou a evolução dos trâmites que foram desenvolvidos, com vista à sua resolução (sempre que possível acompanhada de reporte fotográfico).

14.1.2. Todas as respostas às reclamações ou solicitações, serão assinadas e datadas pelo diretor técnico responsável pela gestão desta prestação de serviços em cada Município Adjudicante.

14.1.3. Todos os custos decorrentes da gestão dessas reclamações ou solicitações serão a expensas do Prestador de Serviços.

15. INSTALAÇÕES

15.1.1. O Prestador de Serviços terá que adquirir ou alugar armazém para estaleiro de viaturas, de oficina e de armazém de equipamento e economato.

15.1.2. A sua localização deverá preferencialmente ser no município adjudicante.

16. PLANO DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

16.1.1. O plano de higiene e segurança no trabalho é da responsabilidade do Prestador de Serviços e deverá ser entregue a cada uma da entidade adjudicante, com conhecimento da entidade adjudicante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias seguidos após o início da execução do contrato. Deverá ser mantido atualizado principalmente no que respeita aos recursos humanos e viaturas.

16.1.2. Sempre que se verifiquem trocas de viaturas, de cantoneiros e de motoristas devem ser comunicadas à Entidade adjudicante com a respetiva ficha de saúde e documento único dos veículos.

16.1.3. É obrigatória a entrega da ficha de decibéis e de emissão de gases dos veículos.

O PRESIDENTE DE CÂMARA

Assinado por : **DIAMANTINO MANUEL SABINA**
Num. de Identificação: BI137367600
Data: 2020.05.25 16:15:22+01'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

(O presente documento, contém assinaturas eletrónicas qualificadas do cartão de cidadão, nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de agosto, alterado e republicado pelo decreto-Lei n.º 88/2009, de 09 de abril.)

Caderno de Encargos

ANEXOS

AJUSTE DIRETO
REGIME GERAL

AJUSTE DIRETO REGIME GERAL – **Prestação de Serviços de Recolha e Transporte a destino final adequado de Resíduos Urbanos (RU) no Concelho de Estarreja –** ADNS_018/2020

ANEXO I – PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO

Concelho de Estarreja

Concurso Público para
Aquisição de Serviços de
Recolha e Transporte de
Resíduos Urbanos
a Destino Final

Freguesia de Avanca

Legenda

- Limites Administrativos
- Limite do Centro Urbano
- Molok
- Contentor

400 0 400 800 metros

Escala 1:10.000

ESTARREJA
MUNICÍPIO

Concelho de Estarreja

Concurso Público para Aquisição de Serviços
de Recolha e Transporte de Resíduos
Urbanos
a Destino Final

União de Freguesias de Beduído e Veiros

Legenda

- Limites Administrativos
- Limite do Centro Urbano
- Molok
- Contentor

400 0 400 800 metros

Escala 1:10.000

ESTARREJA
MUNICÍPIO

Concelho de Estarreja

Concurso Público para Aquisição
de Serviços de Recolha e Transporte
de Resíduos Urbanos a Destino Final

União de Freguesias de Canelas e
Fermelã

Legenda

- Limites Administrativos
- Limite do Centro Urbano
- Molok
- Contentor

100 0 100 200 300 400 metros

Escala 1:5.000

ESTARREJA
MUNICÍPIO

Concelho de Estarreja

Concurso Público para
Aquisição de Serviços de
Recolha e Transporte de
Resíduos Urbanos
a Destino Final

Freguesia de Pardilhó

Legenda

- Limites Administrativos
- Limite do Centro Urbano
- Molok
- Contentor

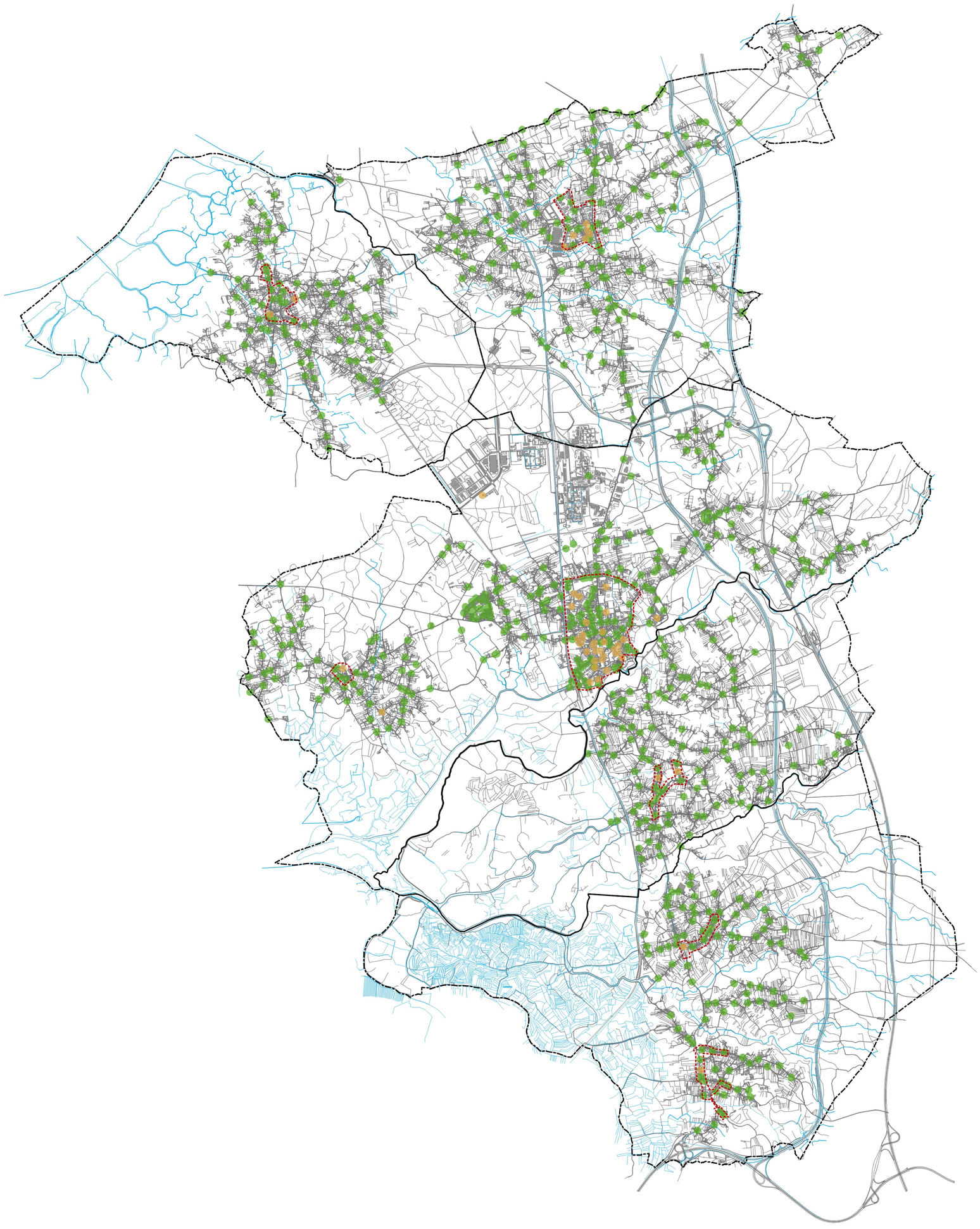
200 0 200 400 metros

Escala 1:5.000

ESTARREJA
MUNICÍPIO

Concelho de Estarreja

Concurso Público para
Aquisição de Serviços de
Recolha e Transporte de
Resíduos Urbanos
a Destino Final



Legenda

- Limites Administrativos
- Limite do Centro Urbano
- Molok
- Contentor

1000 0 1000 2000 metros

Escala 1:25.000

ESTARREJA
MUNICÍPIO

Concelho de Estarreja

Concurso Público para
Aquisição de Serviços de
Recolha e Transporte de
Resíduos Urbanos
a Destino Final

Freguesia de Salreu

Legenda

- Limites Administrativos
- Limite do Centro Urbano
- Molok
- Contentor

200 0 200 400 metros

Escala 1:5.000

ESTARREJA
MUNICÍPIO